



Demonstrações Contábeis

2020

Índice

Demonstrações Contábeis	2
Balanço Patrimonial Consolidado	2
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada	3
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Complementar n�1....	4
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Complementar n�2....	5
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios Regulamento Geral	6
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios PrevMais	7
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 1	8
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 2	9
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Regulamento Geral	10
Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PrevMais.....	11
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado.....	12
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 1.....	13
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Complementar n� 2.....	14
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Regulamento Geral.....	15
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PrevMais	16

Notas Explicativas	17
1. Contexto Operacional.....	17
2. Planos Administrados.....	17
3. Apresenta�o Demonstra�es Contábeis.....	19
4. Principais Práticas Contábeis.....	20
5. Realizável da Gestão Previdencial.....	29
6. Realizável da Gestão Administrativa.....	29
7. Realizável de Investimentos.....	30
8. Imobilizado e Intangível.....	39
9. Gestão Assistencial	39
10. Transa�es Entre Partes Relacionadas.....	40
11. Exigível operacional.....	40
12. Exigível Contingencial	41
13. Provisões Matemáticas.....	44
14. Superavit / Deficit Técnico	49
15. Fundos	53
16. Resultado Administrativo	54
17. Resultado dos Investimentos.....	56
18. Aprova�o Demonstra�es Contábeis	57
19. Outras Informa�es	57
20. Eventos Subsequentes.....	58

Balanco Patrimonial Consolidado

ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO	Nota	2020	2019
DISPONÍVEL		50	638	EXIGÍVEL OPERACIONAL	11	21.986	21.618
				Gestão Previdencial		12.713	12.910
REALIZÁVEL		7.929.533	7.439.066	Gestão Administrativa		7.947	7.169
Gestão Previdencial	5	255.218	541.725	Investimentos		1.326	1.539
Gestão Administrativa	6	32.416	30.292	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	12	318.209	294.371
Investimentos	7.1	7.641.899	6.867.049	Gestão Previdencial		292.134	269.263
Títulos Públicos		4.593.089	3.622.833	Gestão Administrativa		19.396	18.324
Créditos Privados e Depósitos		676.602	688.393	Investimentos		6.679	6.784
Ações		10.236	116.740	PATRIMÔNIO SOCIAL		7.590.418	7.125.050
Fundos de Investimento		1.948.272	2.056.086	Patrimônio de Cobertura do Plano		7.471.953	7.019.090
Investimentos Imobiliários		139.952	139.461	Provisões Matemáticas	13	7.694.265	6.873.085
Empréstimos		263.369	233.535	Benefícios Concedidos		7.573.236	6.957.395
Depósitos Judiciais/Recursais		6.670	6.497	Benefícios a Conceder		2.371.772	2.172.182
Outros Realizáveis		3.709	3.504	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(2.250.743)	(2.256.492)
PERMANENTE	8	1.030	1.335	Equilíbrio Técnico	14	(222.312)	146.005
Imobilizado		679	651	Resultados Realizados		(222.312)	(166.463)
Intangível		351	684	(-) Deficit Técnico Acumulado		(222.312)	(166.463)
GESTÃO ASSISTENCIAL	9	308.676	352.731	Resultados a Realizar	14.2	-	312.468
				FUNDOS	15	118.465	105.960
				Fundos Previdenciais		19.121	17.332
				Fundos Administrativos		90.085	80.487
				Fundos dos Investimentos		9.259	8.141
				GESTÃO ASSISTENCIAL	9	308.676	352.731
TOTAL DO ATIVO		8.239.289	7.793.770	TOTAL DO PASSIVO		8.239.289	7.793.770

Daniel André Stieler
Diretor Superintendente
CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
Diretor Administrativo
CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF: 222.044.038-90

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

DESCRIÇÃO		2020	2019	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício		7.125.050	6.542.864	8,90
1. Adi�es		1.474.621	1.269.463	16,16
(+)	Contribui�es Previdenciais	418.523	373.225	12,14
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	996.347	841.155	18,45
(+)	Receitas Administrativas	56.562	50.167	12,75
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.071	3.802	(45,53)
(+)	Constitui�o de Fundos de Investimentos	1.118	1.114	0,36
2. Destina�es		(1.009.253)	(687.277)	46,85
(-)	Benefícios	(616.245)	(602.494)	2,28
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(31.505)	(42.563)	(25,98)
(-)	Despesas Administrativas	(47.580)	(49.057)	(3,01)
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(1.455)	(682)	113,34
(-)	Resultados a Realizar	(312.468)	7.519	(100,00)
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Patrimônio Social (1+2)		465.368	582.186	(20,07)
(+/-)	Provisões Matemáticas	821.180	380.249	115,96
(+/-)	Superavit / (Deficit) Técnico do Exercício	(55.849)	186.979	(129,87)
(+/-)	Resultados a Realizar	(312.468)	7.519	(4.255,71)
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.789	2.095	(14,61)
(+/-)	Fundos Administrativos	9.598	4.230	126,90
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.118	1.114	0,36
4. Opera�es Transitórias		-	-	-
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4)		7.590.418	7.125.050	6,53
5. Gestão Assistencial		(50.787)	(51.890)	(2,13)
(+)	Receitas Assistenciais	267.575	282.658	(5,34)
(-)	Despesas Assistenciais	(318.362)	(334.548)	(4,84)

Daniel André Stielor
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pignoni Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
Regulamento Complementar n  1

DESCRIÇÃO		2020	2019	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		56.227	50.382	11,60
1. Adi�es		11.324	9.546	18,63
(+)	Contribui�es	5.470	4.750	15,16
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.814	4.674	24,39
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	40	122	(67,21)
2. Destina�es		(4.436)	(3.701)	19,86
(-)	Benefícios	(1.800)	(1.721)	4,59
(-)	Custeio Administrativo	(2.636)	(1.980)	33
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)		6.888	5.845	17,84
(+/-)	Provisões Matemáticas	12.515	4.889	155,98
(+/-)	Superavit / (Deficit) Técnico do Exercício	(5.627)	956	(688,60)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		63.115	56.227	12,25
C) Fundos não previdenciais		3.827	2.678	42,91
(+/-)	Fundos Administrativos	3.738	2.620	42,67
(+/-)	Fundos dos Investimentos	89	58	53,45

Daniel André Stielor
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
Regulamento Complementar n  2

DESCRI�O		2020	2019	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	35.571	31.447	13,11
	1. Adi�es	10.594	9.121	16,15
(+)	Contribui�es	6.678	6.209	7,55
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.815	2.792	36,64
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	101	120	(15,83)
	2. Destina�es	(4.835)	(4.997)	(3,24)
(-)	Benefícios	(1.820)	(2.597)	(29,92)
(-)	Custeio Administrativo	(3.015)	(2.400)	25,63
	3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)	5.759	4.124	39,65
(+/-)	Provisões Matemáticas	5.185	2.318	123,68
(+/-)	Superavit / (Deficit) Técnico do Exercício	574	1.806	(68,22)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	41.330	35.571	16,19
	C) Fundos não previdenciais	5.387	3.893	38,38
(+/-)	Fundos Administrativos	5.337	3.860	38,26
(+/-)	Fundos dos Investimentos	50	33	51,52

Daniel André Stielor
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pignoni Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
Regulamento Geral

DESCRIÇÃO		2020	2019	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		4.877.973	4.518.218	7,96
1. Adic�es		1.163.308	922.257	26,14
(+)	Contribui�es	289.214	243.155	18,94
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	874.094	679.102	28,71
2. Destina�es		(895.963)	(562.502)	59,28
(-)	Benefícios	(544.083)	(524.038)	3,83
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(31.678)	(40.181)	(21,16)
(-)	Custeio Administrativo	(7.734)	(5.802)	33,30
(-)	Resultados a Realizar	(312.468)	7.519	(4.255,71)
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)		267.345	359.755	(25,69)
(+/-)	Provisões Matemáticas	638.275	192.196	232,10
(+/-)	Superavit / (Deficit) Técnico do Exercício	(58.462)	160.040	(136,53)
(+/-)	Resultados a Realizar	(312.468)	7.519	(4.255,71)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		5.145.318	4.877.973	5,48
C) Fundos não previdenciais		59.441	55.438	7,22
(+/-)	Fundos Administrativos	52.810	49.256	7,22
(+/-)	Fundos dos Investimentos	6.631	6.182	7,26

Daniel André Stielor
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pignon Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
PrevMais

DESCRIÇÃO		2020	2019	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		2.066.651	1.859.533	11,14
1. Adic�es		251.907	290.549	(13,30)
(+)	Contribui�es	139.251	135.962	2,42
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	112.624	154.587	(27,15)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	32	-	100,00
2. Destina�es		(77.247)	(83.431)	(7,41)
(-)	Benefícios	(68.542)	(74.138)	(7,55)
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(2.624)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(8.705)	(6.669)	30,53
3. Acréscimo/(Decréscimo) no Ativo Líquido (1+2)		174.660	207.118	(15,67)
(+/-)	Provisões Matemáticas	165.205	180.846	(8,65)
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.789	2.095	(14,61)
(+/-)	Superavit / (Deficit) Técnico do Exercício	7.666	24.177	(68,29)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		2.241.311	2.066.651	8,45
C) Fundos não previdenciais		30.689	26.619	15,29
(+/-)	Fundos Administrativos	28.200	24.751	13,93
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.489	1.868	33,24

Daniel André Stielor
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 1

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	Variação (%)
1. Ativos		81.195	78.985	2,80
Disponível		10	351	100,00
Recebível		17.930	22.404	(19,97)
Investimento	7.3 a	63.255	56.230	12,49
Títulos Públicos		47.178	25.960	81,73
Créditos Privados e Depósitos		5.240	7.225	(27,47)
Fundos de Investimento		2.265	15.027	(84,93)
Empréstimos e Financiamentos		8.572	8.018	6,91
2. Obrigações		14.253	20.080	(29,02)
Operacional		1.012	1.104	(8,33)
Contingencial		13.241	18.976	(30,22)
3. Fundos não Previdenciais		3.827	2.678	42,91
Fundos Administrativos		3.738	2.620	42,67
Fundos dos Investimentos		89	58	53,45
4. Resultados a Realizar		-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3)		63.115	56.227	12,25
Provisões Matemáticas		71.914	59.399	21,07
Superavit/(Deficit) Técnico		(8.799)	(3.172)	177,40
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	14.1 a			
a) Equilíbrio Técnico		(8.799)	(3.172)	177,40
b) (+/-) Ajuste de Precificação		4.702	2.365	98,82
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		(4.097)	(807)	407,68

Daniel André Stieler
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigion Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 2

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	Variação (%)
1. Ativos		53.253	48.564	9,66
Disponível		10	190	(94,74)
Recebível		11.033	12.240	(9,86)
Investimento	7.3 b	42.210	36.134	16,82
Títulos Públicos		33.100	18.729	76,73
Créditos Privados e Depósitos		1.818	4.085	(55,50)
Fundos de Investimento		2.895	8.988	(67,79)
Empréstimos e Financiamentos		4.397	4.332	1,50
2. Obrigações		6.536	9.100	(28,18)
Operacional		1.237	1.383	(10,56)
Contingencial		5.299	7.717	(31,33)
3. Fundos não Previdenciais		5.387	3.893	38,38
Fundos Administrativos		5.337	3.860	38,26
Fundos dos Investimentos		50	33	51,52
4. Resultados a Realizar		-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3)		41.330	35.571	16,19
Provisões Matemáticas		39.520	34.335	15,10
Superavit/(Deficit) Técnico		1.810	1.236	46,44
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	14.1 b			
a) Equilíbrio Técnico		1.810	1.236	46,44
b) (+/-) Ajuste de Precificação		-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		1.810	1.236	46,44

Daniel André Stieler
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigion Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
Regulamento Geral

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	Variação (%)
1. Ativos		5.491.899	5.189.708	5,82
Disponível		10	10	-
Recebível		284.846	559.737	(49,11)
Investimento	7.3. c	5.207.043	4.629.961	12,46
Títulos Públicos		3.992.883	3.276.079	21,88
Créditos Privados e Depósitos		129.828	189.976	(31,66)
Ações		10.236	116.740	(91,23)
Fundos de Investimento		840.717	816.326	2,99
Investimentos Imobiliários		139.952	139.460	0,35
Empréstimos e Financiamentos		83.048	81.390	2,04
Depósitos Judiciais/Recursais		6.670	6.497	2,66
Outros Realizáveis		3.709	3.493	6,18
2. Obrigações		287.140	256.297	12,03
Operacional		9.894	9.831	0,64
Contingencial		277.246	246.466	12,49
3. Fundos não Previdenciais		59.441	55.438	7,22
Fundos Administrativos		52.810	49.256	7,22
Fundos dos Investimentos		6.631	6.182	7,26
4. Resultados a Realizar	14.2	-	312.468	(100,00)
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)		5.145.318	4.565.505	12,70
Provisões Matemáticas		5.467.086	4.828.811	13,22
Superavit/(Deficit) Técnico		(321.768)	(263.306)	22,20
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado 14.1.c				
a) Equilíbrio Técnico		(321.768)	49.162	(754,51)
b) (+/-) Ajuste de Precificação		479.538	-	100,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		157.770	49.162	220,92

Daniel André Stieler
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigion Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios
PrevMais

DESCRIÇÃO	Nota	2020	2019	Variação (%)
1. Ativos		2.276.923	2.098.289	8,51
Disponível		10	78	(87,18)
Recebível		31.493	27.830	13,16
Investimento	7.3. d	2.245.420	2.070.381	8,45
Títulos Públicos		512.704	294.995	73,80
Créditos Privados e Depósitos		530.369	477.170	11,15
Fundos de Investimento		1.034.995	1.158.421	(10,65)
Empréstimos e Financiamentos		167.352	139.795	19,71
2. Obrigações		4.923	5.019	(1,91)
Operacional		1.895	2.131	(11,07)
Contingencial		3.028	2.888	4,85
3. Fundos não Previdenciais		30.689	26.619	15,29
Fundos Administrativos		28.200	24.751	13,93
Fundos dos Investimentos		2.489	1.868	33,24
4. Resultados a Realizar		-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)		2.241.311	2.066.651	8,45
Provisões Matemáticas		2.115.745	1.950.540	8,47
Superávit/(Deficit) Técnico		106.445	98.779	7,76
Fundos Previdenciais		19.121	17.332	10,32
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	14.1.d			
a) Equilíbrio Técnico		106.445	98.779	7,76
b) (+/-) Ajuste de Precificação		-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		106.445	98.779	7,76

Daniel André Stieler
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigion Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidado

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	80.487	76.257	5,55
1. Custeio da Gestão Administrativa	58.633	53.969	8,64
1.1. Receitas	58.633	53.969	8,64
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	22.090	16.850	31,10
Custeio Administrativo dos Investimentos	10.037	7.371	100,00
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.570	1.525	2,95
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	2.071	3.802	(45,53)
Reembolso da Gestão Assistencial	22.448	23.972	(6,36)
Outras Receitas	417	449	(7,13)
2. Despesas Administrativas	47.580	49.057	(3,01)
2.1. Administração Previdencial	16.449	16.499	(0,30)
Pessoal e encargos	10.356	9.844	5,20
Treinamentos/congressos e seminários	76	97	(21,65)
Viagens e estadias	13	65	(80,00)
Serviços de terceiros	4.234	4.613	(8,22)
Despesas gerais	888	1.063	(16,46)
Depreciações e amortizações	629	672	(6,40)
Tributos	253	144	75,69
Outras despesas	-	1	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	8.683	8.586	1,13
Pessoal e encargos	6.348	6.224	1,99
Treinamentos/congressos e seminários	42	48	(12,50)
Viagens e estadias	10	43	(76,74)
Serviços de terceiros	1.628	1.414	15,13
Despesas gerais	421	634	(33,60)
Tributos	234	223	4,93
2.3. Administração Assistencial	22.448	23.972	(6,36)
3. Constituição/(Reversão) de Contingências Administrativas	1.455	682	113,34
4. (Reversão) de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	9.598	4.230	126,90
7. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (6)	9.598	4.230	126,90
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	90.085	80.487	11,92

Daniel André Stieler
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 1

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	77.457	76.365	1,43
1. Provisões Matemáticas	71.914	59.399	21,07
1.1. Benefícios Concedidos	14.288	13.111	8,98
Benefício Definido	14.288	13.111	8,98
1.2. Benefício a Conceder	70.220	60.405	16,25
Benefício Definido	70.220	60.405	16,25
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(12.594)	(14.117)	(10,79)
(-) Patrocinador(es)	(4.208)	(4.718)	(10,81)
(-) Participantes	(8.353)	(9.359)	(10,75)
(-) Assistidos	(33)	(40)	(17,50)
2. Equilíbrio Técnico	(8.799)	(3.172)	177,40
2.1. Resultados Realizados	(8.799)	(3.172)	(23,16)
(-) Deficit técnico acumulado	(8.799)	(3.172)	177,40
Deficit técnico	(8.799)	(3.172)	177,40
3. Fundos	89	58	100,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	89	58	53,45
4. Exigível Operacional	1.012	1.104	(8,33)
4.1. Gestão Previdencial	997	1.085	(8,11)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	15	19	(21,05)
5. Exigível Contingencial	13.241	18.976	(30,22)
5.1. Gestão Previdencial	13.241	18.976	(30,22)

Daniel André Stieler
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Regulamento Complementar nº 2

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	47.916	44.704	7,19
1. Provisões Matemáticas	39.520	34.335	15,10
1.1. Benefícios Concedidos	1.879	1.751	7,31
Benefício Definido	1.879	1.751	7,31
1.2. Benefício a Conceder	49.045	46.444	5,60
Benefício Definido	49.045	46.444	5,60
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(11.404)	(13.860)	(17,72)
(-) Participantes	(11.403)	(13.859)	(17,72)
(-) Assistidos	(1)	(1)	-
2. Equilíbrio Técnico	1.810	1.236	46,44
2.1. Resultados Realizados	1.810	1.236	46,44
Superavit técnico acumulado	1.810	1.236	100,00
Superavit técnico acumulado	1.810	1.236	100,00
3. Fundos	50	33	100,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	50	33	51,52
4. Exigível Operacional	1.237	1.383	(10,56)
4.1. Gestão Previdencial	1.225	1.274	(3,85)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	12	109	(88,99)
5. Exigível Contingencial	5.299	7.717	(31,33)
5.1. Gestão Previdencial	5.299	7.717	(31,33)

Daniel André Stieler
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigion Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
Regulamento Geral

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	5.439.088	5.140.452	5,81
1. Provisões Matemáticas	5.467.086	4.828.811	13,22
1.1. Benefícios Concedidos	6.998.767	6.408.882	9,20
Benefício Definido	6.998.767	6.408.882	9,20
1.2. Benefício a Conceder	695.064	648.444	7,19
Benefício Definido	695.064	648.444	7,19
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(2.226.745)	(2.228.515)	(0,08)
(-) Patrocinador(es)	(1.113.372)	(1.114.257)	(0,08)
(-) Participantes	(100.583)	(102.381)	(1,76)
(-) Assistidos	(1.012.790)	(1.011.877)	0,09
2. Equilíbrio Técnico	(321.768)	49.162	(754,51)
2.1. Resultados Realizados	(321.768)	(263.306)	22,20
(-) Deficit Técnico Acumulado	(321.768)	(263.306)	22,20
(-) Deficit Técnico Acumulado	(321.768)	(263.306)	22,20
2.2. Resultados a realizar	-	312.468	(100,00)
3. Fundos	6.631	6.182	7,26
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.631	6.182	7,26
4. Exigível Operacional	9.894	9.831	0,64
4.1. Gestão Previdencial	9.102	8.948	1,72
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	792	883	(10,31)
5. Exigível Contingencial	277.245	246.466	12,49
5.1. Gestão Previdencial	270.566	239.682	12,89
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6.679	6.784	(1,55)

Daniel André Stieler
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigion Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios
PrevMais

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	2.248.724	2.073.538	8,45
1. Provisões Matemáticas	2.115.745	1.950.540	8,47
1.1. Benefícios Concedidos	558.302	533.651	4,62
Contribuição Definida	221.234	242.165	(8,64)
Benefício Definido	337.068	291.486	15,64
1.2. Benefício a Conceder	1.557.443	1.416.889	9,92
Contribuição Definida	1.557.443	1.416.889	9,92
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	736.417	661.471	11,33
Saldo de Contas - parcela participantes	749.985	672.828	11,47
Benefício Definido	71.041	82.590	(13,98)
2. Equilíbrio Técnico	106.445	98.779	7,76
2.1. Resultados Realizados	106.445	98.779	7,76
Superavit técnico acumulado	106.445	98.779	7,76
Reserva de contingência	96.559	86.299	11,89
Reserva para revisão de plano	9.886	12.480	(20,79)
3. Fundos	21.610	19.200	12,55
3.1. Fundos Previdenciais	19.121	17.332	10,32
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.489	1.868	33,24
4. Exigível Operacional	1.896	2.131	(11,03)
4.1. Gestão Previdencial	1.389	1.603	(13,35)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	507	528	(3,98)
5. Exigível Contingencial	3.028	2.888	4,85
5.1. Gestão Previdencial	3.028	2.888	4,85

Daniel André Stieler
 Diretor Superintendente
 CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
 Diretor Financeiro
 CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
 Diretor Administrativo
 CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
 Diretor de Seguridade
 CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
 Contador
 CRC 1 SP 241642/O-1
 CPF 222.044.038-90

1. Contexto Operacional

O **Economus - Instituto de Seguridade Social** (“Economus” ou “Entidade”), CNPJ nº 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, nº 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, cuja autorização para funcionamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 2.204, DOU de 01 de agosto de 1980.

Em novembro de 2009, o Banco Nossa Caixa S.A. (BNC) foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A., que, desde então, passou a ser o novo patrocinador dos planos de previdência complementar e assistência à saúde.

O Economus é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus, tendo como objetivo administrar planos de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Variável (CV), exclusivamente para os empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., e do Economus.

Também opera planos de assistência à saúde, na modalidade de autogestão, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), registrados sob o nº 34.2611 e destinados a prover assistência médica aos empregados do Banco do Brasil S.A., oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., do Economus e aos beneficiários dos planos de assistência à saúde custeado pelo Fundo Economus de Assistência Social (Feas).

Os recursos de que o Economus dispõe são oriundos de contribuições dos seus patrocinadores (Banco do Brasil S.A. e Economus), participantes e assistidos, e dos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Durante o exercício de 2020, o Economus efetuou diversas operações nos mercados financeiro e de capitais com o Banco do Brasil S.A. e com sua subsidiária BB DTVM S.A., além de outras instituições financeiras. Mantém ainda com o Banco do Brasil S.A. contrato de prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de seus ativos de renda fixa e de renda variável, de acordo com a Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e a Resolução CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018.

As entidades fechadas de previdência complementar estão isentas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e com a Instrução Normativa da SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27 de julho de 2006 e de 03 de janeiro de 2013, respectivamente.

2. Planos Administrados

O Economus administra quatro planos de benefícios inscritos no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) supervisionados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Desses, três planos se encontram na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável. A atividade operacional do Instituto é registrada no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Plano de Benefícios	CNPB	Modalidade	Patrocínio	Novas Adesões
Regulamento Complementar nº 1	19.780.002-19	Benefício Definido	Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A.	Fechado em 1997
Regulamento Complementar nº 2	19.780.003-83	Benefício Definido	Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A.	Fechado em 1997
Regulamento Geral	19.780.001-38	Benefício Definido	Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus	Fechado em 2006
PrevMais	20.060.034-29	Contribuição Variável	Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus	Aberto

Plano Regulamento Complementar nº 1

Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.002-19, fechado para novas adesões desde 1997. Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para todos os dependentes dos participantes que forem elegíveis ao recebimento de pensão.

Plano Regulamento Complementar nº 2

Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.003-83, fechado para novas adesões desde 1997. Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para todos os dependentes dos participantes que forem elegíveis ao recebimento de pensão.

Plano Regulamento Geral

Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, CNPB 19.780.001-38. O plano encontra-se em extinção, fechado para novas adesões desde 2006. Além dos assistidos, ele conta com os participantes ativos que optaram pelo saldamento do benefício, com os participantes ativos que não efetuaram essa opção e ainda com participantes que optaram pelo instituto do benefício proporcional diferido. Assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada de aposentadorias, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-adicional e auxílio-doença. Assegura, também, o pagamento em forma de prestação única, de pecúlio por morte e por invalidez.

Em 10 de novembro de 2004, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios, instituído por meio do Regulamento Geral para os empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S.A. O processo de saldamento também foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em 30 de dezembro de 2005, pelo Ofício nº 2.713.

De forma concomitante ao saldamento, foi aprovado o Regulamento do Plano de Benefícios do PrevMais, em 05 de julho de 2006, na modalidade de Contribuição Variável (CV), pelo Ofício nº 1.987.

Plano PrevMais

Plano instituído na modalidade de Contribuição Variável (CV), CNPB 20.060.034-29, no qual o valor dos benefícios programados é definido com base no montante financeiro individual formado pelas contribuições acumuladas e respectivos resultados dos investimentos até a data da concessão. No momento da concessão do benefício de aposentadoria, o participante pode optar por um benefício de renda programada ou vitalícia. Os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-funeral) são determinados com base no Salário de Benefício (SB) e no Padrão Previdenciário Economus (PPE, unidade de referência utilizada pelo Economus). Esse plano está aberto a novas adesões e assegura o pagamento de benefícios de renda mensal vitalícia ou programada e suplementações de auxílio-doença ou de acidente do trabalho, de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e auxílio-funeral.

Plano de Gestão Administrativa - PGA

Tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Economus, na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, por intermédio da Ata nº 384, de 06 de dezembro de 2011, alterado a partir de abril de 2019 por intermédio da Ata nº 492, de 26 de setembro de 2019.

Quadro de Participantes

Em 31 de dezembro de 2020, o Economus possuía 23.715 participantes (24.048, em 2019), compostos da seguinte forma:

Descrição	Regulamento Complementar nº1		Regulamento Complementar nº2		Regulamento Geral		PrevMais	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos ^(a)	1.101	1.118	782	825	22	21	7.470	7.546
Aposentados	7	7	-	-	7.875	7.846	2.437	2.546
Pensões	4	4	3	3	599	572	144	123
Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)	-	-	-	-	10	11	10	10
Autopatrocinado - Não Saldado	-	-	-	-	-	-	44	51
Autopatrocinado - Saldado	-	-	-	-	2	2	3	6
Ativos - Optantes pelo Saldamento	-	-	-	-	2.867	3.009	-	-
Participantes em outras situações ^(b)	-	-	-	-	-	-	335	348
Total de Participantes	1.112	1.129	785	828	11.375	11.461	10.443	10.630

(a) Ativos em relação aos planos de benefícios.

(b) desligados que não manifestaram opção pelos institutos legais assegurados pelo plano; com contribuição suspensa; desligados do plano; aguardando concessão de benefício; aguardando concessão do Instituto; ou falecidos e sem beneficiário.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Economus foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e observam as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores. Desde que aplicável, foram observados pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos reguladores.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões (Previdencial, Administrativa e Assistencial) e o fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, conforme abaixo:

Gestão Previdencial: congrega todas as atividades previdenciais, tais como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios, constituição de provisões matemáticas e de fundos, resgate e portabilidade.

Gestão Administrativa: tem como objetivo controlar as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas do Economus. A segregação das despesas administrativas entre as gestões previdencial, assistencial e de investimentos leva em consideração critérios preestabelecidos, aprovados pela Diretoria Executiva.

Gestão Assistencial: tem como objetivo administrar planos de assistência à saúde. Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável estabelecida pela ANS.

Em atendimento à legislação vigente, o Economus está apresentando as informações financeiras dos planos assistenciais à saúde em separado, mas como parte das demonstrações contábeis, demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial (Nota Explicativa 9).

Investimentos: tem como objetivo registrar o patrimônio dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio é aplicado visando obter rentabilidades compatíveis com as metas atuariais e gerenciais dos planos. Registra os resultados dos investimentos por emissor os quais são apropriados e segregados por planos.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as normas aplicáveis e estão apresentadas conforme:

- Balanço Patrimonial Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado (DMPS);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado (DPGA);
- Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL); e
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios por Plano de Benefício (DPT).

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios Regulamento Complementar n  1 e 2, Regulamento Geral, PrevMais e do PGA. Cada plano de benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

Os quadros, as informa es e os demonstrativos das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econ mico primário no qual o Economus atua. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

As contas passíveis desses ajustes e elimina es dentre outras, são "Superavit Técnico", "Deficit Técnico", "Migra es entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participa o no Plano de Gestão Administrativa" e "Participa o no Fundo Administrativo PGA" (Nota Explicativa 4.15).

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 25 de março de 2021.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Economus na elabora o das Demonstrações Contábeis, bem como a legisla o pertinente estão resumidas a seguir:

4.1. Premissas e Estimativas contábeis

A Administra o se utiliza de julgamentos na determina o e no registro de estimativas contábeis. A determina o dessas estimativas levou em considera o experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensura es patrimoniais que utilizam premissas e estimativas por parte da Administra o são: provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial (demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis), determina o de vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquida o das transa es envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de determina o. A Administra o revisa periodicamente essas

estimativas e suas premissas.

4.2. Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

O Modelo de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos do Economus é o conjunto de instrumentos institucionais que, com o propósito de assegurar o alcance destes objetivos estratégicos da organização, subsidia a tomada de decisão, contribui para o aprimoramento dos processos e mitiga a ocorrência de possíveis desvios.

A gestão dos riscos do Economus fundamenta-se em estrutura funcional aderente aos objetivos do Instituto, com atribuição de responsabilidades e segregação de funções formalmente estabelecidas, minimizando a possibilidade de potenciais conflitos de interesses.

Os modelos adotados para a gestão dos riscos estão sustentados por diretrizes, regras e procedimentos operacionais formalmente estabelecidos em normativos internos e deverão estar alinhados à estrutura de governança do Economus. As metodologias utilizadas têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades do segmento de previdência complementar.

O processo de gestão dos riscos observará, no mínimo, as seguintes categorias de risco, embora não limitada a essas, conforme definido no Guia de Melhores Práticas, publicado pela Previc: risco operacional, risco de mercado, risco de crédito, risco atuarial e risco legal.

4.2.1. Risco Operacional

É o risco de perdas diretas ou indiretas resultantes das falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, de pessoas ou de sistemas informatizados, ou ainda da ocorrência de eventos externos.

O gerenciamento dos riscos operacionais dos processos do Economus tem o objetivo de prevenir ameaças ou mitigar a materialização de evento de perda operacional que possa impactar na capacidade de alcançar seus objetivos, podendo ocasionar prejuízos financeiros e gerenciais. Constitui-se em modelos e melhores práticas de Gestão Baseada em Riscos (GBR) e de Sistemas de Controles Internos (SCI), observadas as legislações e especificidades do segmento de previdência complementar. Os riscos operacionais são continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados, sendo o nível de exposição mensurado sob a ótica da frequência e severidade e formalizado em matriz de riscos.

4.2.2. Risco de Mercado

Pode se materializar quando houver perdas decorrentes de flutuações nos preços dos fatores de mercado que afetam os valores dos ativos financeiros, tais como: perdas no valor da carteira em função de mudanças nos preços, nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos índices, nos derivativos e/ou commodities.

Para o gerenciamento do risco de mercado, foram calculadas diversas métricas para todos os fundos, como VaR, duration e tracking error. Essa gestão também inclui testes de estresse, que possibilitam avaliar as carteiras sob condições extremas de mercado, tais como crises e choques econômicos, utilizando-se cenários retrospectivos e/ou prospectivos. Ainda, a gestão do risco de mercado agregou testes de aderência do modelo de VaR (backtesting), com o intuito de aferir a eficácia e a efetividade da metodologia frente aos resultados observados.

Em 2020 todos os limites de risco de mercado foram respeitados para todos os segmentos.

4.2.3. Risco de Crédito

Caracteriza-se pela possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência nos instrumentos e contratos financeiros, da excessiva concentração em operações com determinadas contrapartes ou segmentos de mercado ou, ainda, da degradação na qualidade das garantias recebidas em contratos, como, por exemplo, aquelas decorrentes da qualidade do crédito, atribuída à contraparte em casos de rebaixamento de rating de um emissor de títulos ou default.

A gestão do risco de crédito suportou-se em comitês que atuaram, primordialmente, avaliando as condições de mercado e apresentando propostas de apetite ao risco à Governança do Instituto, bem como revendo políticas e práticas de controle.

Ao longo de 2020 os planos não adquiriram, até mesmo por política, nenhum título ou entramos em qualquer operação classificadas com alto risco de crédito, os comitês de investimento que ocorrem semanalmente, acompanham o desempenho de nossos papéis e seus respectivos ratings classificados pelas principais agências de classificação de risco do mundo.

4.2.4. Risco Atuarial

A gestão do risco atuarial exige conhecimento prévio dos fatores que podem resultar em volatilidade nos resultados de determinado plano de benefícios. Diante dessa perspectiva, o processo de gerenciamento é imprescindível. Em linha com os princípios da Supervisão Baseada em Risco – SBR, o Economus empregou um conjunto de ações e processos que, com vias de monitorar e avaliar quantitativamente e qualitativamente os potenciais riscos atuariais, busca alternativas estratégicas para eliminar ou minimizar seus impactos.

O processo de Gestão do Risco Atuarial do Economus em 2020, procurou, por meio do mapeamento e a identificação dos riscos inerentes ao passivo atuarial, substanciado na realidade subjetiva de cada plano de benefícios, dado pelas hipóteses atuariais (biométricas, demográficas, econômico e financeiras), regimes financeiros e métodos de financiamento, base cadastral, exigível contingencial, bem como pela precificação de ativo e passivo.

4.2.5. Risco Legal ou de Enquadramento

O conceito de risco legal ou de enquadramento caracteriza-se pelo não cumprimento das leis vigentes e aplicáveis à Entidade, assim como também está vinculado à mensuração e quantificação da aderência das carteiras de investimentos e das ações do Instituto com sociedade e fornecedores aos dispositivos legais, o que pode gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O principal objetivo de Gestão de Risco Legal é aferir que a Entidade está cumprindo adequadamente as normas e regras que incidem direta ou indiretamente sobre as suas atividades.

No Economus controlou-se a conformidade legal e enquadramento, diariamente, por meio do acompanhamento da performance de nossos investimentos que estão em constante monitoramento de eventuais desenquadramentos dos investimentos, em relação aos limites estabelecidos pelas políticas para o nosso segmento.

4.3. Realizável da Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais

e contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados. Considera-se o plano de custeio, bem como o valor de resultados a realizar de títulos e valores mobiliários, pelo diferencial da taxa de juros dos títulos mantidos até o vencimento e a taxa de juros de desconto das obrigações atuariais.

4.4. Realizável da Gestão Administrativa

Registra as contribuições para o custeio administrativo a receber dos patrocinadores, participantes, autopatrocinados e assistidos e os valores a receber dos planos referentes ao custeio dos investimentos; os adiantamentos efetuados na folha de salários dos funcionários do Economus; os adiantamentos de serviços de terceiros; os gastos antecipados referentes às despesas de períodos subsequentes e os depósitos judiciais e recursais desembolsados por força de decisão judicial. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

4.5. Realizável de Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas são determinados pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e a Resolução CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018.

4.5.1. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos.

São lastreadas em títulos públicos e privados emitidos por instituições financeiras ou por empresas, as quais são registradas inicialmente pelo custo, inclusive corretagem e emolumentos, acrescido dos rendimentos auferidos de forma pro-rata até o encerramento do balanço e deduzido, quando aplicável, das provisões para perdas. Possuem remuneração paga em intervalos de tempo e em condições predefinidas. Os títulos adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado.

Os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

4.5.2. Ações

As aplicações em ações são registradas pelo custo de aquisição no mercado à vista, acrescidas de despesas de corretagem e outras taxas, sendo precificadas a valor de mercado, isto é, pela cotação de fechamento do último dia divulgada pela Bolsa de Valores B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão).

4.5.3. Fundos de investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas, divulgados pelos respectivos administradores, na data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

4.5.4. Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados por meio de reavaliações anuais a valor de mercado.

Os resultados dos ajustes positivos ou negativos são contabilizados nas contas específicas em

contrapartida com a conta “investimento imobiliário” do resultado. A prática de reavaliação tem por finalidade atualizar periodicamente o valor contábil dos imóveis a valor justo (Nota Explicativa 7.1.ii.).

4.5.5. Empréstimos

São operações com participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. O registro é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

4.6. Outros Realizáveis

Composto pelos seguintes investimentos:

- Depósito judicial feito para garantir ao Economus o direito a bônus de subscrição da Ambev; e
- Investimento em controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

4.7. Imobilizado e Intangível

Demonstrado pelo valor de custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e espécie de bens, sendo os valores residuais e a vida útil econômica estabelecida em conformidade com a NBC TG 27, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Imobilizado: a depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e utensílios; 20% para máquinas e equipamentos, hardware, exceto celulares e tablets, que são depreciados em 18 meses.

Intangível: é composto por softwares, amortizado pelo método linear com taxa anual de 20%.

4.8. Provisão para Perdas e Créditos de Liquidação Duvidosa

As provisões para Perdas e para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para os investimentos mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do respectivo segmento do ativo. Dessa forma, os investimentos foram apresentados pelo seu valor líquido.

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos no item 11, do Anexo A, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores:

Atraso (em dias)		Faixa de Provisionamento (*)
De	Até	
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
	>360	100%

(*) Incidem sobre os créditos vencidos e vincendos

4.9. Gestão Assistencial

As diretrizes contábeis referentes à Gestão Assistencial estão descritas nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial, conforme descrito na nota explicativa 9.

4.10. Exigível operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão (previdencial, administrativa e investimentos) pelo custo, mais as atualizações monetárias, quando aplicável. São decorrentes dos benefícios aos participantes, salários dos funcionários do Economus, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais, investimentos, operações com participantes e recebimentos de receitas antecipadas.

4.11. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico (CPC nº 25), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (Nota Explicativa 12)

4.11.1. Provisões e Passivos Contingentes

O Economus é parte em diversos processos judiciais e administrativos. São passivos de prazo ou valor incerto, que estão provisionados em conformidade com o CPC 25, homologada pelo CFC e ratificada pelo CNPC.

O critério de provisão é baseado na opinião dos advogados sobre as possibilidades de perda dos processos, considerando além da natureza das ações, o posicionamento dos Tribunais (jurisprudência) em processos semelhantes.

As provisões são constituídas para todos os processos em que a Entidade é ré e representam perda provável.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Notas Explicativas. Os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão nem divulgação.

Em relação às ações trabalhistas e cíveis envolvendo participantes vinculados ao Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2, a provisão do Economus limita-se aos respectivos depósitos judiciais.

As provisões eram revisadas semestralmente, a partir de julho de 2020 passaram a ser revisadas mensalmente proporcionando maior assertividade e previsibilidade das eventuais perdas decorrentes desses processos.

4.11.2. Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus têm por finalidade garantir o juízo para continuidade da discussão das teses defendidas pelo Instituto ou quitar as condenações determinadas judicialmente. Já os depósitos recursais são efetuados somente no âmbito da Justiça do Trabalho e são necessários para fins de admissibilidade de recursos, nas hipóteses em que o Instituto recorre às instâncias superiores.

Os depósitos judiciais e recursais são registrados na Gestão Previdencial, na Gestão Administrativa, bem como nos Investimentos.

Os depósitos judiciais e recursais são atualizados mensalmente, sendo que os processos que tramitam nas instâncias cível e trabalhista seguem os critérios de atualização de cada Tribunal e os depósitos tributários efetuados perante a Justiça Federal são corrigidos pela taxa Selic.

4.11.3. Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da possibilidade de recebimento ou compensação, são reconhecidos como ativo.

4.12. Patrimônio Social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano. O patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura dos planos e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

4.12.1. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas dos planos de benefícios correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do plano, chamadas de reservas matemáticas no parecer atuarial, correspondem ao valor apurado atuarialmente pelos atuários externos, para o pagamento dos benefícios previstos no Regulamento:

i. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos

Destinam-se à cobertura dos compromissos do Instituto com os benefícios de prestação continuada, concedidos a seus assistidos e beneficiários em gozo de tais benefícios.

ii. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder

Contribuição definida: registra a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes que não estejam em gozo de benefício de prestação continuada, referente às parcelas de contribuição dos participantes e patrocinadoras, deduzida a taxa de carregamento e a contribuição para cobertura de benefícios de risco (morte e invalidez), acrescidas da rentabilidade líquida do plano.

Benefício definido: registra a diferença entre o valor atual dos compromissos futuros e o valor atual das contribuições que as patrocinadoras e os participantes irão recolher à Entidade.

iii. (-) Provisões Matemáticas a Constituir

Representam o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos equacionamentos de deficit observados nos exercícios de 2005, 2015 e 2017, de acordo com o Plano Anual de Custeio, que estão sendo amortizados por participantes, assistidos e patrocinadores.

4.12.2. Equilíbrio técnico

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício aos participantes). O Superavit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em lei. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Deficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios (Nota Explicativa 14).

O cálculo do Superavit/Deficit Técnico Acumulado e o respectivo registro em Reserva de

Contingência são contabilizados de acordo com a norma do CNPC e da Previc.

Reserva de Contingencial: registra o valor do Superavit Técnico do Plano de Benefícios, limitada a 25% do valor da reserva matemática, com o objetivo de oferecer garantia para os benefícios do Plano de Benefícios.

Reserva para revisão do Plano: registra o valor do Superavit Técnico do Plano de Benefícios que exceder ao valor da Reserva de Contingência, com o objetivo de ser utilizado, após 3 (três) exercícios consecutivos, na redução das contribuições ou na melhoria dos benefícios.

4.12.3. Fundos

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

Fundo Previdencial: Aplicado ao Plano PrevMais (CV) dado a sua característica, o fundo previdencial é composto pelos fundos de reversão, constituído por parcelas patronais não resgatáveis de participantes por ocasião da perda do vínculo empregatício.

Fundo Administrativo: É constituído pelas receitas administrativas líquidas das despesas, adicionado ao rendimento auferido dos investimentos e das contingências contabilizados no grupo de contas da Gestão Administrativa.

Fundo de Investimentos: É constituído por meio da aplicação de percentual, denominado taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse montante será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como para o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis.

4.13. Apuração do Resultado

Representa as adições e destinações da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa e as rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos registradas pelo regime de competência, exceto o recebimento das contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (Plano PrevMais), que são registrados pelo regime de caixa.

4.14. Custeio Administrativo

Os recursos da gestão administrativa são provenientes do custeio administrativo, definido no plano anual de custeio dos planos de previdência, e do custeio administrativo dos investimentos. Esses recursos são registrados de forma segregada por plano e destinados, exclusivamente, ao pagamento das despesas administrativas das gestões previdencial e de investimentos, sendo as despesas administrativas relacionadas à gestão assistencial reembolsadas integralmente pelas receitas administrativas dos planos assistenciais.

As sobras, bem como eventuais resultados negativos originados no fluxo de recursos administrativos, são incorporados ao Fundo Administrativo.

A partir de abril de 2020, o custeio administrativo teve as seguintes fontes:

- **Plano Regulamento Complementar nº 1:** correspondente à contribuição de 0,60% (0,60%, em 2019) dos salários reais de participação dos participantes ativos e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de salário real de participação.

- **Plano Regulamento Complementar nº 2:** correspondente à contribuição de 0,90% (0,90%, em 2019) dos salários reais de participação de participantes ativos e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de salário real de participação.
- **Plano Regulamento Geral:** correspondente à contribuição de 0,65% (0,65%, em 2019) dos salários reais de participação (Ativos não optantes pelo Saldamento), Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefício proporcional saldado (optantes pelo Saldamento) e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado dos patrocinadores. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição corresponde a 1,30% (1,30%, em 2019) do salário real de participação ou benefício saldado;
- **Plano PrevMais:** correspondente à cobrança de contribuição de 0,45% (0,45%, em 2019) sobre o salário de benefício dos participantes, assistidos e Benefício Proporcional Diferido. A contribuição dos patrocinadores é paritária à dos participantes e assistidos.
- **Custeio Administrativo de Investimentos:** correspondente à cobrança de 0,15% (0,15%, em 2019) sobre os recursos garantidores de cada plano de benefícios administrado.

4.15. Consolidação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações posteriores, e a NBC TE 11 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e abrangem as Demonstrações Contábeis do Economus, relativas aos planos de benefícios, bem como o Plano de Gestão Administrativa - PGA, da Entidade.

A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores do fundo administrativo nos planos previdenciais, superavit e deficit técnico.

O Economus, ao efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos em duplicidade:

Descrição	2020	2019
ATIVO	90.084	80.487
Realizável	90.084	80.487
Gestão Administrativa	90.084	80.487
Participação no Plano de Gestão Administrativa	90.084	80.487
PASSIVO	(90.084)	(80.487)
Patrimônio Social	-	-
Superavit Técnico Acumulado	108.255	100.014
Reserva de Contingência	108.255	100.014
(-) Deficit Técnico Acumulado	(108.255)	(100.014)
(-) Deficit Técnico	(108.255)	(100.014)
Fundos	(90.084)	(80.487)
Fundos Administrativos	(90.084)	(80.487)
Participação no Fundo Administrativo do PGA	(90.084)	(80.487)

5. Realizável da Gestão Previdencial

Apresentamos abaixo, o realizável da gestão previdencial que registra, além das contribuições normais, adiantamentos, depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial, valores a receber em processo de conciliação no patrocinador.

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Contribuições Normais ^(a)	173	30	26	28	21.039	22.298	139	133	21.377	22.489
Patrocinadores	147	3	-	-	20.468	21.705	136	130	20.751	21.838
Participantes	26	27	26	28	559	587	3	3	614	645
Autopatrocinados	-	-	-	-	12	6	-	-	12	6
Adiantamentos	-	-	320	486	3.635	3.060	112	45	4.067	3.591
Resultado a Realizar ^(b)	-	-	-	-	-	312.468	-	-	-	312.468
Depósitos Judiciais ^(c)	13.241	18.977	5.299	7.722	207.316	172.641	3.028	2.888	228.884	202.228
Demais Realizáveis ^(d)	778	777	51	144	47	15	14	13	890	949
Total	14.192	19.784	5.696	8.380	232.037	510.482	3.293	3.079	255.218	541.725

(a) Trata-se de contribuições normais dos participantes ativos, cujos valores são descontados em folha de pagamento e repassados pelos patrocinadores até o quinto dia útil do mês seguinte. Nesse grupo contábil, também são registradas as contribuições dos participantes assistidos e autopatrocinados do Plano de Benefício Definido.

(b) O Resultado a Realizar refere-se ao registro contábil da diferença entre o valor presente de parte dos títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, e o seu valor presente considerando a taxa atuarial. Em dezembro de 2020, o valor foi 100% revertido (R\$ 312.468, em 2019). (Nota Explicativa 14.2)

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

(d) Compostos, principalmente, pelos valores em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, no montante de R\$ 822 (R\$ 921, em 2019).

6. Realizável da Gestão Administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

Descrição	2020	2019
Contas a Receber	8.111	8.121
Contribuições para o Custeio Administrativo	2.647	2.870
Realizável da Folha dos Empregados	658	660
Responsabilidade de Terceiros	6	4
Outros Recursos a Receber	4.800	4.587
Transferência entre Administrativos ^(a)	2.474	2.121
Taxa Administrativa da Folha dos Aposentados	1.229	1.229
Valores a Receber - Custeio de Investimentos dos planos ^(b)	911	1.046
Outros Recursos a Receber ^(c)	186	191
Despesas Antecipadas	11	13
Gestão Administrativa Depósitos Judiciais/Recursais ^(d)	16.312	15.294
Outros Realizáveis ^(e)	7.982	6.864
Total da Gestão Administrativa	32.416	30.292

(a) Repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de dezembro de 2020.

(b) Compostos pelos valores a receber do custeio dos investimentos dos Planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e PrevMais de dezembro de 2020.

(c) Valores a receber do repasse da Taxa de Administração de Empréstimo de dezembro de 2020.

(d) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

(e) Compostos pelos valores em processo de conciliação junto ao patrocinador (Banco do Brasil S.A.), referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2.

7. Realizável de Investimentos

O Economus realiza investimentos por meio de gestão direta (carteira própria) e gestão indireta (fundos de investimento).

7.1. Composição da carteira de investimentos consolidada

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Depósitos Judiciais/Recurais. Alcançou o montante de R\$ 7.641.899 (R\$ 6.867.049, em 2019), a seguir demonstrado.

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Títulos Públicos Federais	47.178	25.960	33.100	18.729	3.992.883	3.276.079	512.704	294.995	7.224	7.071	4.593.089	3.622.834
Notas do Tesouro Nacional	47.178	25.960	33.100	18.729	3.992.883	3.276.079	512.704	294.995	7.224	7.071	4.593.089	3.622.834
Créditos Privados e Depósitos	5.240	7.225	1.818	4.085	129.828	189.976	530.369	477.170	9.347	9.938	676.602	688.394
Instituições Financeiras	5.240	7.225	1.818	4.085	129.581	186.842	370.256	319.028	7.208	7.864	514.103	525.044
Letras Financeiras Privadas	5.240	7.225	1.818	4.085	129.581	186.842	370.256	319.028	7.208	7.864	514.103	525.044
Companhias Abertas	-	-	-	-	247	472	28.523	28.626	-	-	28.770	29.098
Debêntures	-	-	-	-	247	472	28.523	28.626	-	-	28.770	29.098
Patrocinador (Banco do Brasil)	-	-	-	-	-	2.662	131.590	129.516	2.139	2.074	133.729	134.252
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	2.662	131.590	129.516	2.139	2.074	133.729	134.252
Ações	-	-	-	-	10.236	116.740	-	-	-	-	10.236	116.740
Companhias Abertas	-	-	-	-	10.236	116.740	-	-	-	-	10.236	116.740
Fundos de Investimentos	2.265	15.027	2.895	8.988	840.717	816.326	1.034.995	1.158.421	67.400	57.324	1.948.272	2.056.086
Renda Fixa	2.265	15.027	2.895	8.988	128.409	130.771	856.317	1.008.537	67.400	57.324	1.057.286	1.220.647
Ações	-	-	-	-	507.521	486.357	169.744	124.979	-	-	677.265	611.336
Direitos Creditórios	-	-	-	-	-	-	-	20.405	-	-	-	20.405
Multimercado	-	-	-	-	21.004	-	4.733	-	-	-	25.737	-
Participações (i)	-	-	-	-	133.903	143.420	4.201	4.500	-	-	138.104	147.920
Imobiliário	-	-	-	-	49.880	55.778	-	-	-	-	49.880	55.778
Investimentos Imobiliários (ii)	-	-	-	-	139.952	139.460	-	-	-	-	139.952	139.460
Imóveis	-	-	-	-	139.271	138.785	-	-	-	-	139.271	138.785
Aluguéis e Renda	-	-	-	-	681	675	-	-	-	-	681	675
Empréstimos e Financiamentos (iii)	8.572	8.018	4.397	4.332	83.048	81.390	167.352	139.795	-	-	263.369	233.535
Depósitos Judiciais/Recurais	-	-	-	-	6.670	6.497	-	-	-	-	6.670	6.497
Outros Realizáveis (iv)	-	-	-	-	3.709	3.493	-	-	-	10	3.709	3.503
Total dos Investimentos	63.255	56.230	42.210	36.134	5.207.043	4.629.961	2.245.420	2.070.381	83.971	74.343	7.641.899	6.867.049

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, utilizando o Banco do Brasil S.A. como prestador de serviços de custódia qualificada e controladoria, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda, devidamente habilitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Considerando as disposições da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os investimentos classificados na categoria Títulos para negociação podem ser negociados, independentemente do prazo de vencimento do título, e são avaliados diariamente a valor de mercado, conforme divulgação de preços pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) ou provedor de preços contratado pelo Economus (Pop BR), e seus efeitos são reconhecidos no resultado do exercício (Demonstração da Mutação do Patrimônio Social).

Em 2020, não houve reclassificação entre as categorias “Títulos mantidos até o Vencimento” para “Títulos para Negociação” nos Planos.

Os Fundos de Investimentos são avaliados com base no valor das cotas, divulgadas diariamente pelos respectivos administradores.

Custódia dos Investimentos

Os títulos públicos são custodiados na Selic, as ações e os títulos privados são custodiadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão), e as cotas de fundo de investimentos nas seguintes instituições:

- Banco Bradesco S.A.;
- Votorantim Asset Manag. DTVM Ltda;
- Banco do Brasil S.A.;
- BNY Mellon Banco S.A.;
- Santander Securities Services Brasil DTVM S.A.;
- Itaú Unibanco S.A.

(i) Fundos de Investimentos em Participações

O Economus encerrou o exercício de 2020 com o montante de R\$ 138.104 (R\$ 147.920, em 2019), em Fundos de Investimento em Participações.

Descrição	CNPJ	Aplicação Inicial	Integralizações (desde o início do Fundo)	Recebimentos (desde o início do Fundo)	Saldo em 2020	Rentabilidade 2020	Saldo em 2019
Regulamento Geral			233.419	399.934	133.903	-0,31%	143.420
FIP INV. INSTIT. III	09.064.476/0001-60	jul/08	18.597	12.913	5.188	3,80%	4.941
FICFIP PATRIA R.E.II	10.979.378/0001-32	jul/10	20.915	17.550	5.659	-37,63%	12.024
FIP NEO CAP MEZANINO	10.720.618/0001-80	set/10	11.589	7.748	5.565	-29,52%	7.938
FIP FBIE - SANTANDER	11.760.191/0001-06	set/10	10.352	7	11.908	10,35%	10.791
FIP PÁTRIA INFRAESTR	12.517.924/0001-49	fev/11	10.185	13.490	9.315	2,80%	15.066
FIP BRASIL PETROLEO ^(a)	14.240.738/0001-30	fev/12	13.259	-	-	-27,50%	-
FIP BRASIL PORTOS	14.737.553/0001-36	mar/12	9.313	111	4.531	-17,99%	5.546
FIP BRASIL ÓLEO-GÁS ^(a)	14.713.775/0001-19	jul/12	10.320	135	-	64,95%	-
FIP INDUSTRIAL PARKS	10.214.548/0001-98	nov/12	13.563	-	10.089	6,34%	9.229
FICFIP PATRIA SPE OP	13.328.452/0001-49	nov/12	11.402	-	34	-99,59%	8.326
FIP CAIXA BARCELONA ^(b)	15.254.490/0001-20	mar/13	36.253	316.928	-	0,00%	-
FIP CRP EMPREENDEDOR	14.747.610/0001-68	mai/13	5.254	821	10.423	37,48%	7.584
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	15.458	3.973	18.667	9,04%	19.608
FICFIP PATR PRIV III ^(a)	18.563.785/0001-76	dez/13	7.312	597	2.951	-41,91%	5.051
FIP NEO CAP MEZN III	19.933.445/0001-52	ago/14	9.421	4	10.782	-17,85%	12.220
FIP POLO R ESTATE II ^(b)	13.515.474/0001-18	dez/14	1.635	1.329	-	0,00%	-
FIP FBIE II	19.837.544/0001-30	jan/15	8.338	4.122	23.445	101,77%	11.784
FIP COPA FLOREST III	17.672.294/0001-09	fev/16	20.253	20.206	15.346	15,27%	13.312
PrevMais			4.294	720	4.201	-6,56%	4.500
FIP CRP EMPREENDEDOR	14.747.610/0001-68	mai/13	626	98	1.241	37,48%	903
FIP 2BCAPITAL BRASIL	14.596.766/0001-95	jul/13	1.840	473	2.222	9,04%	2.334
FICFIP PATR PRIV III ^(a)	18.563.785/0001-76	dez/13	1.828	149	738	-37,63%	1.263
Total da carteira de Fundos de Investimentos em Participações			237.713	400.654	138.104		147.920

(a) A partir de 2017, foi implementada a aplicação de procedimentos internos para assegurar se ativos, registrados em fundos de investimentos em participações, não estariam registrados contabilmente por valor que excedesse seus valores de recuperação. Em 2018 ocorreram baixas totais e parciais dos fundos FIP Brasil Petróleo, Fip Brasil Óleo-Gás e FICFIP Patr Priv III;

(b) Em 2019, conforme contratos com os fundos de participações foram encerradas e ocorreu o resgate das participações no FIP Polo R Estate II (fev/2019), e FIP Caixa Barcelona (out/2019).

(ii) Investimentos Imobiliários

Todos os investimentos imobiliários da Entidade são destinados exclusivamente para renda (aluguel) e pertencem ao Plano Regulamento Geral, conforme Política de Investimentos. Ao final do exercício de 2020, são demonstrados como segue:

Descrição	2019	Acréscimos/ Deduções	2020
Locadas a Patrocinadoras	33.479	515	33.994
Edificações	33.317	499	33.816
Aluguéis	162	16	178
Locadas a Terceiros	105.981	(23)	105.958
Edificações	105.468	(13)	105.455
Aluguéis	513	(10)	503
Total da Carteira de Imóveis	139.460	492	139.952

O Economus possui imóveis locados aos patrocinadores e a terceiros. Durante o exercício de 2020, os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 9.129 (R\$ 8.990, em 2019).

O Economus reavaliou seus imóveis com laudo em 17 de novembro de 2020, sendo ajustado contabilmente em dezembro de 2020. Os laudos de avaliação foram elaborados considerando as práticas e padrões profissionais aplicáveis de acordo com a NBR 14.653, da ABNT – Associação Brasileira e Normas Técnicas, em todas as suas partes, além dos padrões de conduta e ética profissionais estabelecidos no Red Book em sua edição de 2014, editada pela Royal Institution Of Chartered Surveyors (“RICS”), da Grã Bretanha. Os laudos de avaliação foram emitidos pela empresa Binswanger Brazil, gerando variação patrimonial positiva de R\$ 486 (positiva de R\$ 17.527, em 2019), conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor contábil Nov/2020	Ajuste da Reavaliação	Valor contábil Dez/2020	Vida útil remanescente
Locados ao Patrocinador	33.317	499	33.816	
Rua Domingos de Moraes N 896 - Vila Mariana	15.072	285	15.357	35 anos
Praça Raul Aguiar Leme N 212 - Bragança Paulista	3.446	81	3.527	35 anos
Rua Teodoro Sampaio N 1600 - Pinheiros	12.213	42	12.255	40 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 15	862	31	893	30 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17 A	862	30	892	30 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17 D	862	30	892	30 anos
Locados a Terceiros	105.468	(13)	105.455	
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 31	4.144	-	4.144	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 41	4.144	-	4.144	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 42	4.144	-	4.144	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 141	4.144	-	4.144	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 142	4.144	-	4.144	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 151	4.144	-	4.144	40 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conj. 152 e Cobertura	7.160	-	7.160	40 anos
Rua Quirino de Andrade N 185 - São Paulo	8.643	27	8.670	30 anos
Bela Cintra Corporate	64.801	(40)	64.761	75 anos
Total da Reavaliação dos Imóveis	138.785	486	139.271	

O Economus adotou a reavaliação anual dos investimentos imobiliários.

(iii) Empréstimos

A Entidade possui valores a receber de participantes, relativos a empréstimos a serem descontados em folha de pagamento que, no entendimento do Economus, há garantia de receber ao menos parte dos referidos valores. Essas garantias estão representadas, no caso do empréstimo, pela reserva que o participante já tem acumulado no plano de benefícios (saldo de conta) e pelo Fundo de Investimento.

A movimentação da carteira de empréstimo em 2020 é a seguinte:

Descrição	2019	Concessões	Amortizações	Juros	2020
Regulamento Complementar nº 1	8.018	3.528	(3.949)	975	8.572
Empréstimos a Participantes	8.018	3.528	(3.949)	975	8.572
Regulamento Complementar nº 2	4.332	2.910	(3.381)	536	4.397
Empréstimos a Participantes	4.332	2.910	(3.381)	536	4.397
Regulamento Geral	81.390	35.148	(43.722)	10.446	83.048
Empréstimos a Participantes	81.611	34.825	(43.506)	10.446	83.376
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(221)	323	(216)	-	(328)
PrevMais	139.795	151.140	(131.801)	8.000	167.352
Empréstimos a Participantes	140.199	150.901	(131.453)	8.000	167.647
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(404)	239	(348)	-	(295)
Total da carteira de Empréstimo	233.535	192.726	(182.853)	19.957	263.369

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base nos valores vencidos e vencidos, conforme número de dias de atraso.

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos, pelo valor principal acrescidos dos encargos contratuais. Os empréstimos são concedidos aos participantes e assistidos dos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, Regulamento Geral e PrevMais.

Planos	Juros modelo atual	Juros modelo antigo	Prazo	Limite do empréstimo
Regulamento Complementar n 1 e 2	Mensal - 0,609% + INPC	-	3 a 96 meses	Até R\$ 100.000,00. Conforme a reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.
Regulamento Geral	Mensal - 0,626% + INPC	Contratos antigos vigentes até novembro/2016 taxa bruta de 0,798% ao mês	3 a 120 meses	Até R\$ 160.000,00. Conforme a reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.
PrevMais	Mensal - 0,205% + SELIC (modelo novo)	Contratos antigos vigentes até novembro/2016 taxa bruta de 0,5726% ao mês	3 a 96 meses	Até R\$ 160.000,00. Conforme a reserva individual de poupança resgatável e parcela até 30% da renda mensal líquida ou do benefício mensal líquido.

As taxas de juros brutas contemplam a taxa de administração, taxa de contingência e o seguro prestamista.

Adicionalmente, é cobrado e descontado do valor do principal o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), conforme legislação em vigor. Em abril de 2020, o governo anunciou a total desoneração, por 90 dias, do IOF sobre operações de crédito. O governo prorrogou a isenção, pela segunda vez, por mais 90 dias, em outubro de 2020. Em novembro, no entanto, a cobrança de IOF voltou, como medida para compensar a isenção de conta de luz aos moradores do Amapá. A isenção do imposto estava prevista para acabar em 31 de dezembro, mas foi encerrada em 26 de novembro. No dia 11 de dezembro de 2020, um decreto restabeleceu a alíquota zero do imposto até o final do mês.

O registro contábil é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Na hipótese de haver o provisionamento de 100% do saldo devedor para créditos de liquidação duvidosa, o plano de benefícios detentor do crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito) que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

(iv) Outros Realizáveis

Descrição	2020	2019
Regulamento Geral	3.709	3.493
Depósito Judicial - Ambev ^(a)	3.709	3.493
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	-	10
Participação na Corretora de Seguros (Corseg) ^(b)	-	10
Total dos Outros Realizáveis	3.709	3.503

(a) Ação ordinária movida contra Companhia de Bebidas das Américas - Ambev, relativa a bônus de subscrição.

(b) Refere-se a participação na **Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda.** Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005. O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e está atualizado com base no patrimônio líquido de dezembro de 2020.

7.2. Fundos Exclusivos

Em 31 de dezembro de 2020, os fundos exclusivos apresentam um montante de R\$ 1.830.240 (R\$ 1.884.724, em 2019). Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos estão assim demonstrados:

Descrição	Ativo/Passivo	
	2020	2019
ECO STOCKS FIC FIA	677.265	611.199
Fundo de Renda Variável*	677.211	611.143
Ação da Vale ON	107.023	42.833
Ação do Itau Unibanco PN	36.026	43.268
Ação da B3 ON	31.558	22.593
Ação da Petrobras PN	31.020	39.480
Ação do Bradesco PN	27.483	34.230
Ação da Petrobras ON	24.674	18.812
Ação da Ambev ON	16.433	20.245
Ação da Itausa PN	12.276	18.038
Ação do Banco do Brasil ON	11.535	19.152
Outras Ações	379.183	352.492
Valores a Pagar	(23)	(7)
Disponível	76	62
Valores a Receber	1	1
* Abertura das 9 maiores ações da carteira.		
ECO CASH FIC FI RENDA FIXA	1.152.975	1.273.525
BB Eco Plus FI RF CP (a)	757.519	879.816
BB Top RF Índice de Preço FI RF LP (b)	58.777	7.203
Bradesco H.FI RF CP LP Performace Institucional (a)	172.083	276.396
FI Votorantin INS RF (a)	106.146	103.478
Santander Fic Fi Ima-b Institucional Títulos Públicos RF LP (b)	58.165	6.560
Caixa/Disponível	300	65
Valores a Receber	34	26
Valores a Pagar	(49)	(19)
(a) - Carteiras, basicamente, representadas por Letras Financeiras.		
(b) - Carteira, basicamente, representada por Notas do Tesouro Nacional - Série B (IPCA).		
Total dos Fundos Exclusivos	1.830.240	1.884.724

7.3. Composição das Carteiras de Investimentos por Plano

A capacidade financeira dos planos em manter os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” é verificada anualmente pela elaboração de estudos de ALM e também quando da realização do estudo de convergência da taxa de juros real anual de que trata a Instrução Previc nº 33/2020.

Em observância ao artigo 36º da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, segue a segregação real dos ativos por plano:

a) Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar nº 1

Regulamento Complementar nº 1	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Classificação		Vencimento				Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2020	2020	2020	2019
Títulos Públicos			13.857	33.321	-	4.687	19.470	23.021	53.932	47.178	47.178	25.960
Notas do Tesouro Nacional			-	33.321	-	4.687	19.470	23.021	53.932	47.178	47.178	25.960
Notas do Tesouro Nacional B	390	3.862,801543	-	1.311	-	1.311	-	-	1.506	1.311	1.311	1.243
Notas do Tesouro Nacional B	1.000	4.018,180243	-	3.376	-	3.376	-	-	4.018	3.376	3.376	3.201
Notas do Tesouro Nacional B	2.310	4.160,540903	-	7.949	-	-	7.949	-	9.611	7.949	7.949	7.588
Notas do Tesouro Nacional B	3.074	4.392,465130	-	11.521	-	-	11.521	-	13.502	11.521	11.521	11.112
Notas do Tesouro Nacional B	2.998	4.622,190618	13.857	-	-	-	-	13.857	13.857	13.857	13.857	-
Notas do Tesouro Nacional B	2.377	4.811,996853	-	9.164	-	-	-	9.164	11.438	9.164	9.164	2.816
Créditos Privados e Depósitos			2.569	2.671	-	2.396	275	-	5.492	5.240	5.240	7.225
Letras Financeiras Privadas			-	2.396	-	2.396	-	-	5.197	4.965	4.965	6.963
Letras Financeiras Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.038
Letras Financeiras Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.410
Letras Financeiras Privadas	0,8383	3.064.127,81	2.569	-	-	-	-	-	2.569	2.569	2.569	2.375
Letras Financeiras Privadas	3	875.878,93	-	2.396	-	2.396	-	-	2.628	2.396	2.396	2.140
Debêntures			-	275	-	-	275	-	295	275	275	262
Debêntures	250	1.180,33	-	275	-	-	275	-	295	275	275	262
Fundos de Investimento			-	-	2.265	-	-	-	2.265	2.265	2.265	15.027
Renda Fixa			-	-	2.265	-	-	-	2.265	2.265	2.265	15.027
Fundo de Renda Fixa	-	-	-	-	2.265	-	-	-	2.265	2.265	2.265	15.027
Empréstimos e Financiamentos			-	-	8.572	-	-	-	8.572	8.572	8.572	8.018
Total			16.426	35.992	10.837	7.083	19.745	23.021	70.261	63.255	63.255	56.230

b) Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar nº 2

Regulamento Complementar nº	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Classificação		Vencimento				Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2020	2020	2020	2019
Títulos Públicos			9.845	23.255	-	1.350	14.372	17.378	38.443	33.100	33.100	18.729
Notas do Tesouro Nacional			-	23.255	-	1.350	14.372	17.378	38.443	33.100	33.100	18.729
Notas do Tesouro Nacional B	400	4.018,180243	-	1.350	-	1.350	-	-	1.607	1.350	1.350	1.280
Notas do Tesouro Nacional B	710	4.160,540903	-	2.442	-	-	2.442	-	2.954	2.442	2.442	2.332
Notas do Tesouro Nacional B	82	4.288,908966	-	289	-	-	289	-	352	289	289	277
Notas do Tesouro Nacional B	3.107	4.392,465130	-	11.641	-	-	11.641	-	13.647	11.641	11.641	11.227
Notas do Tesouro Nacional B	2.130	4.622,190618	9.845	-	-	-	-	9.845	9.845	9.845	9.845	-
Notas do Tesouro Nacional B	2.086	4.811,996853	-	7.533	-	-	-	7.533	10.038	7.533	7.533	3.613
Créditos Privados e Depósitos			-	1.818	-	1.598	220	-	1.988	1.818	1.818	4.085
Letras Financeiras Privadas				1.598		1.598			1.752	1.598	1.598	3.876
Letras Financeiras Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.039
Letras Financeiras Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.410
Letras Financeiras Privadas	2	875.878,93	-	1.598	-	1.598	-	-	1.752	1.598	1.598	1.427
Debêntures			-	220			220		236	220	220	209
Debêntures	200	1.180,33	-	220	-	-	220	-	236	220	220	209
Fundos de Investimento			-	-	2.895	-	-	-	2.895	2.895	2.895	8.988
Renda Fixa					2.895				2.895	2.895	2.895	8.988
Fundo de Renda Fixa	-	-	-	-	2.895	-	-	-	2.895	2.895	2.895	8.988
Empréstimos			-	-	4.397	-	-	-	4.397	4.397	4.397	4.332
Empréstimos Participantes	-	-	-	-	4.397	-	-	-	4.397	4.397	4.397	4.332
Total			9.845	25.073	7.292	2.948	14.592	17.378	47.723	42.210	42.210	36.134

c) Composição da carteira de investimentos do Regulamento Geral

Regulamento Geral	Composição dos Investimentos											
	Posição Compra		Classificação		Vencimento				Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor Contábil	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2020	2020	2020	2019
Títulos Públicos			107.558	3.885.325	-	2.315.359	116.867	1.560.657	4.785.620	3.992.883	3.992.883	3.276.079
Notas do Tesouro Nacional			107.558	3.885.325	-	2.315.359	116.867	1.560.657	4.785.620	3.992.883	3.992.883	3.276.079
Notas do Tesouro Nacional B	15.000	4.392,465130	-	49.305	-	-	49.305	-	65.887	49.305	49.305	46.906
Notas do Tesouro Nacional B	152.817	4.811,996853	-	513.893	-	-	-	513.893	735.355	513.893	513.893	491.416
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	4.018,180243	-	34.056	-	34.056	-	-	40.182	34.056	34.056	32.372
Notas do Tesouro Nacional B	72.818	4.622,190618	107.558	149.221	-	-	-	256.779	336.579	256.779	256.779	175.348
Notas do Tesouro Nacional B	24.000	4.519,817601	-	74.450	-	-	-	74.450	108.476	74.450	74.450	70.748
Notas do Tesouro Nacional B	19.680	4.160,540903	-	67.562	-	-	67.562	-	81.879	67.562	67.562	64.478
Notas do Tesouro Nacional C	444.594	5.204,917152	-	2.281.303	-	2.281.303	-	-	2.314.075	2.281.303	2.281.303	1.810.878
Notas do Tesouro Nacional C	126.000	8.755,453220	-	715.535	-	-	-	715.535	1.103.187	715.535	715.535	583.933
Créditos Privados e Depósitos			1.931	138.132	-	111.540	18.288	-	142.668	129.828	129.828	189.976
Instituições Financeiras			1.930	127.651	-	111.293	18.288	-	142.415	129.581	129.581	186.841
Letras Financeiras Privadas	25	803,965,940	-	18.288	-	-	18.288	-	20.099	18.288	18.288	16.452
Letras Financeiras Privadas	10	2.118,384,890	-	19.431	-	19.431	-	-	21.184	19.431	19.431	17.220
Letras Financeiras Privadas	14,4828571	1.390,175,390	671	17.123	-	17.794	-	-	20.134	17.794	17.794	15.729
Letras Financeiras Privadas	94,2857143	297,083,160	85	26.389	-	26.474	-	-	28.011	26.474	26.474	23.823
Letras Financeiras Privadas	8,38323353	3.064,127,810	1.174	22.360	-	23.534	-	-	25.687	23.534	23.534	21.021
Letras Financeiras Privadas	15	1.820,025,230	-	24.060	-	24.060	-	-	27.300	24.060	24.060	21.446
Letras Financeiras Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.150
Patrocinador (Banco do Brasil)			-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.662
Letras Financeiras do Banco do Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.662
Debêntures			1	246	-	247	-	-	253	247	247	473
Debêntures	48,23	5.246,420	1	246	-	247	-	-	253	247	247	473
Ações			-	10.235	-	-	-	-	10.235	10.235	10.235	116.740
Companhias Abertas			-	10.235	-	-	-	-	10.235	10.235	10.235	116.740
IRB Brasil Seguros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	116.740
Valores a Receber	-	-	-	10.235	-	-	-	-	10.235	10.235	10.235	-
Fundos de Investimento			840.717	-	706.814	118.357	15.546	-	840.717	840.717	840.717	816.326
Renda Fixa			128.409	-	128.409	-	-	-	128.409	128.409	128.409	130.771
Fundo de Renda Fixa	-	-	128.409	-	128.409	-	-	-	128.409	128.409	128.409	130.771
Ações			507.521	-	507.521	-	-	-	507.521	507.521	507.521	486.357
Fundo de Ações	-	-	507.521	-	507.521	-	-	-	507.521	507.521	507.521	486.357
Multimercado			21.004	-	21.004	-	-	-	21.004	21.004	21.004	-
Fundo Multimercado	-	-	21.004	-	21.004	-	-	-	21.004	21.004	21.004	-
Participações			133.903	-	-	118.357	15.546	-	133.903	133.903	133.903	143.420
Fundo de Participações	-	-	133.903	-	-	118.357	15.546	-	133.903	133.903	133.903	143.420
Imobiliário			49.880	-	49.880	-	-	-	49.880	49.880	49.880	55.778
Fundo Imobiliário	-	-	49.880	-	49.880	-	-	-	49.880	49.880	49.880	55.778
Investimentos Imobiliários			-	681	139.271	-	-	-	139.952	139.952	139.952	139.460
Imóveis	-	-	-	-	139.271	-	-	-	139.271	139.271	139.271	138.785
Aluguéis e Renda	-	-	-	681	-	-	-	-	681	-	681	675
Empréstimos e Financiamentos			-	-	83.048	-	-	-	-	83.048	83.048	81.390
Depósitos Judiciais/Recursais	-	-	-	-	6.670	-	-	-	6.670	6.670	6.670	6.497
Outros Realizáveis			-	-	3.709	-	-	-	3.709	3.709	3.709	3.493
Total			950.206	4.034.373	939.512	2.545.256	150.701	1.560.657	5.929.571	5.207.043	5.207.043	4.629.961

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

d) Composição da carteira de investimentos do PrevMais

PrevMais	Composição dos Investimentos										Valor de Mercado 2020	Valor de Custo 2020	Valor Contábil	
	Posição Compra		Classificação		Vencimento				2020	2019				
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos						
Títulos Públicos			182.221	330.483	-	33.708	29.535	449.461	603.957	512.704	512.704	294.995		
Notas do Tesouro Nacional			182.221	330.483	-	33.708	29.535	449.461	603.957	512.704	512.704	294.995		
Notas do Tesouro Nacional B	64.824	4.811,996853	-	241.420	-	-	-	241.420	311.933	241.420	241.420	210.134		
Notas do Tesouro Nacional B	2.500	4.392,465130	-	8.517	-	-	8.517	-	10.981	8.517	8.517	8.133		
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	3.862,801543	-	33.708	-	33.708	-	-	38.628	33.708	33.708	31.971		
Notas do Tesouro Nacional B	3.835	4.519,817601	-	12.609	-	-	-	12.609	17.334	12.609	12.609	12.032		
Notas do Tesouro Nacional B	6.100	4.160,540903	-	21.018	-	-	21.018	-	25.379	21.018	21.018	20.071		
Notas do Tesouro Nacional B	43.205	4.622,190618	182.221	13.211	-	-	-	195.432	199.702	195.432	195.432	12.654		
Créditos Privados e Depósitos			79.525	450.844	-	527.617	2.749	-	542.745	530.369	530.369	477.170		
Instituição Financeira			3.316	290.734	-	294.050	-	-	306.820	294.050	294.050	319.028		
Letras Financeiras Privadas	40	2.921,912,33	-	102.356	-	102.356	-	-	116.876	102.356	102.356	107.257		
Letras Financeiras Privadas	5	297,083,16	-	1.404	-	1.404	-	-	1.485	1.404	1.404	8.735		
Letras Financeiras Privadas	0,7142857	297,083,16	212	-	-	212	-	-	212	212	212	-		
Letras Financeiras Privadas	4	1.390,175,39	-	4.892	-	4.892	-	-	5.561	4.892	4.892	6.259		
Letras Financeiras Privadas	0,5171429	1.390,175,39	719	-	-	719	-	-	719	719	719	-		
Letras Financeiras Privadas	10	2.118,384,89	-	19.431	-	19.431	-	-	21.184	19.431	19.431	17.220		
Letras Financeiras Privadas	10	1.570,898,56	-	16.045	-	16.045	-	-	15.709	16.045	16.045	15.568		
Letras Financeiras Privadas	0,78	3.064,127,81	2,385	-	-	2,385	-	-	2,385	2,385	2,385	2,205		
Letras Financeiras Privadas	50	727,295,68	-	37,033	-	37,033	-	-	36,365	37,033	37,033	35,864		
Letras Financeiras Privadas	25	1.397,526,56	-	35,974	-	35,974	-	-	34,938	35,974	35,974	34,920		
Letras Financeiras Privadas	105	679,862,51	-	73,599	-	73,599	-	-	71,386	73,599	73,599	71,421		
Letras Financeiras Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19,579		
Patrocinador (Banco do Brasil)			-	131.590	-	131.590	-	-	131.638	131.590	131.590	129.516		
Letras Financeiras	36	2.139,376,17	-	77,008	-	77,008	-	-	77,018	77,008	77,008	74,668		
Letras Financeiras	10	1.819,249,22	-	18,180	-	18,180	-	-	18,193	18,180	18,180	17,628		
Letras Financeiras	10	1.820,924,68	-	18,197	-	18,197	-	-	18,209	18,197	18,197	17,652		
Letras Financeiras	10	1.821,762,98	-	18,205	-	18,205	-	-	18,218	18,205	18,205	17,644		
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,924		
Debêntures			3	28.520	-	25.771	2.749	-	28.081	28.523	28.523	28.626		
Debêntures	34,7604	5.246,42	3	175	-	175	-	-	182	178	178	341		
Debêntures	1,325	998,99	-	1,339	-	1,339	-	-	1,324	1,339	1,339	1,356		
Debêntures	4,400	987,57	-	4,419	-	4,419	-	-	4,345	4,419	4,419	4,433		
Debêntures	4,400	991,39	-	4,416	-	4,416	-	-	4,362	4,416	4,416	4,430		
Debêntures	4,400	976,70	-	4,412	-	4,412	-	-	4,297	4,412	4,412	4,428		
Debêntures	5,50	9.488,71	-	5,505	-	5,505	-	-	5,219	5,505	5,505	5,511		
Debêntures	5,50	9.820,20	-	5,505	-	5,505	-	-	5,401	5,505	5,505	5,512		
Debêntures	2,500	1.180,33	-	2,749	-	-	2,749	-	2,951	2,749	2,749	2,615		
Depósitos a Prazo com Garantia Especial			76.206	-	-	76.206	-	-	76.206	76.206	76.206	-		
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	25	1.014,813	25,370	-	-	25,370	-	-	25,370	25,370	25,370	-		
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	25	1.015,769	25,394	-	-	25,394	-	-	25,394	25,394	25,394	-		
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	25	1.017,662	25,442	-	-	25,442	-	-	25,442	25,442	25,442	-		
Fundos de Investimento			1.034.995	-	1.030.794	4.201	-	-	1.034.995	1.034.995	1.034.995	1.158.421		
Renda Fixa			856.317	-	856.317	-	-	-	856.317	856.317	856.317	1.008.537		
Fundo de Renda Fixa	-	-	856,317	-	856,317	-	-	-	856,317	856,317	856,317	1.008,537		
Ações			169.744	-	169.744	-	-	-	169.744	169.744	169.744	124.979		
Fundos de Ações	-	-	169,744	-	169,744	-	-	-	169,744	169,744	169,744	124,979		
Multimercado			4.733	-	4.733	-	-	-	4.733	4.733	4.733	-		
Fundo Multimercado	-	-	4,733	-	4,733	-	-	-	4,733	4,733	4,733	-		
Direitos Creditórios			-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.405		
Fundos de Direitos Creditórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,405		
Participações			4.201	-	4.201	-	-	-	4.201	4.201	4.201	4.500		
Fundo de Participações	-	-	4,201	-	4,201	-	-	-	4,201	4,201	4,201	4,500		
Em Préstimos e Financiamentos			-	-	167.352	-	-	-	167.352	167.352	167.352	139.795		
Total			1.296.741	781.327	1.198.146	565.526	32.284	449.461	2.349.049	2.245.420	2.245.420	2.070.381		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Perfil de Investimentos

Apresenta-se a seguir a composição dos perfis de investimentos:

Perfil	Qtd. Participantes (*)		Volume dos recursos		Rentabilidade (%)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Conservador	7.620	8.198	1.241.885	1.234.028	3,85%	6,35%
Moderado	1.096	1.060	190.409	184.849	3,97%	9,99%
Agressivo	749	591	163.091	120.126	3,35%	13,67%
Super Agressivo	502	319	112.252	70.428	2,66%	17,50%
Total	9.967	10.168	1.707.637	1.609.431		

(*) Considera os participantes ativos, autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Obrigações Pendentes com Participantes (OPP) - participantes desligados do Plano/Patrocinador, aguardando concessão de benefício/extrato de desligamento, aguardando opção pelos Institutos ou suspensos. No perfil conservador foi incluída a quantidade de aposentados com opção por renda mensal por período determinado, renda mensal em percentual do Montante Financeiro Individual (MFI) e pensionistas com saldo de MFI. A quantidade informada refere-se ao perfil de investimento da última inscrição dos participantes no plano.

e) Composição da carteira de investimentos do Plano de Gestão Administrativa

Plano de Gestão Administrativa	Composição dos Investimentos							Valor de Mercado 2020	Valor de Custo 2020	Valor Contábil 2020	Valor Contábil 2019	
	Posição Compra		Classificação		Vencimento							
	Quantidade	PU Mercado	Negociação Até	Vencimento Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos					
Titulos Públicos Federais			7.224	-	7.224	-	-	7.224	7.224	7.224	7.071	
Letras Financeiras do Tesouro			7.224	-	7.224	-	-	7.224	7.224	7.224	7.071	
Letras Financeiras do Tesouro	676	10.687,016785	7.224	-	7.224	-	-	7.224	7.224	7.224	7.071	
Créditos Privados e Depósitos			-	9.347	-	9.347	-	-	9.175	9.347	9.347	9.938
Letras Financeiras Privadas			-	9.347	-	9.347	-	-	9.175	9.347	9.347	9.938
Letras Financeiras	1	2.139,376,17	-	2.139	-	2.139	-	-	2.139	2.139	2.139	2.075
Letras Financeiras	5	679,862,51	-	3.505	-	3.505	-	-	3.399	3.505	3.505	3.401
Letras Financeiras	5	727,295,68	-	3.703	-	3.703	-	-	3.637	3.703	3.703	3.586
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	876
Fundos de Investimento			67.400	-	67.400	-	-	-	67.400	67.400	67.400	57.324
Renda Fixa			67.400	-	67.400	-	-	-	67.400	67.400	67.400	57.324
Fundo de Renda Fixa			67.400	-	67.400	-	-	-	67.400	67.400	67.400	57.324
Outros Realizáveis			-	-	10	-	-	-	-	-	-	10
Participação na Corretora de Seguros			-	-	10	-	-	-	-	-	-	10
Total			74.624	9.347	67.410	16.571	-	-	83.799	83.971	83.971	74.343

8. Imobilizado e Intangível

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

Descrição	2019	Adições	Baixas	Depreciações e amortizações	2020
Imobilizado	651	319	-	(291)	679
Móveis e Utensílios	102	-	-	(24)	78
Máquinas e Equipamentos	532	311	-	(247)	596
Celulares e Tablets	17	8	-	(20)	5
Intangível	684	5	(23)	(315)	351
Software	684	5	(23)	(315)	351
Total do Permanente	1.335	324	(23)	(606)	1.030

9. Gestão Assistencial

A partir do exercício de 2010, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar ('EFPC'), que operam plano de assistência à saúde aos seus participantes e assistidos, passaram a utilizar as regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar ('ANS') para os registros contábeis. Portanto, as Demonstrações Contábeis dos planos assistenciais administrados pelo Economus, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela ANS, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ('CNPC') e pela Superintendência de Previdência Complementar (Previc).

As receitas e despesas assistenciais constantes na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social ('DMPS') – Consolidada, item 5. Gestão Assistencial representam o Resultado Líquido dos Planos Assistenciais no valor negativo de R\$ 50.787 (negativo de R\$ 51.890, em 2019).

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas da Gestão Assistencial são apresentadas de forma segregada às demonstrações dos planos previdenciais e plano de gestão administrativa, mas como parte integrante das Demonstrações Contábeis, conforme apresentado nas informações suplementares da Gestão Assistencial.

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPC e Previc, são apresentados apenas os saldos totais do ativo, passivo e movimentos patrimoniais ocorridos no plano assistencial. Os valores de forma analítica são apresentados nos demonstrativos assistenciais elaborados em conformidade com as normas da ANS.

10. Transações Entre Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: os patrocinadores e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as transações com o patrocinador Banco do Brasil S.A. são as seguintes:

Descrição	2020	2019
Ativo	142.761	135.875
Disponível	50	638
Depósitos Judiciais e Recursais do Regulamento Complementar nº 1 e nº 2	8.804	822
Letras Financeiras	133.729	134.252
Investimentos Imobiliários	178	163
Resultado	6.244	4.017
Resultado das Letras Financeiras	4.071	1.932
Resultado dos Investimentos Imobiliários	2.173	2.085

Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo. Os valores com os benefícios e encargos de curto prazo no exercício de 2020 somaram R\$ 2.104 (R\$ 1.835, em 2019) e R\$ 293 (R\$ 260, em 2019), respectivamente.

11. Exigível operacional

A composição do exigível operacional está demonstrada como segue:

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Gestão Previdencial	997	1.085	1.225	1.274	9.102	8.948	1.389	1.603	-	-	12.713	12.910
Benefícios a Pagar	16	17	227	396	61	61	6	6	-	-	310	480
Retenções a Recolher	3	3	-	-	7.861	8.151	1.162	1.141	-	-	9.026	9.295
Outras Exigibilidades ^(a)	978	1.065	998	878	1.180	736	221	456	-	-	3.377	3.135
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-	-	-	7.947	7.169	7.947	7.169
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	2.438	2.419	2.438	2.419
Fornecedores a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	4.139	3.733	4.139	3.733
Retenções a Recolher	-	-	-	-	-	-	-	-	1.370	1.017	1.370	1.017
Investimento	15	19	12	109	792	883	507	527	-	1	1.326	1.539
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-	1	5
Empréstimos e Financiamentos	7	11	7	103	84	93	242	226	-	-	340	433
Outras Exigibilidades ^(b)	8	8	5	6	707	785	265	301	-	1	985	1.101
Total do exigível operacional	1.012	1.104	1.237	1.383	9.894	9.831	1.896	2.130	7.947	7.170	21.986	21.618

(a) Referem-se à taxa de administração e contribuições a repassar entre os planos de benefícios, quitadas em janeiro de 2021.

(b) Refere-se ao valor a pagar da taxa de custódia dos investimentos, juntamente com o repasse do custeio dos investimentos dos planos, todos quitados em janeiro de 2021.

12. Exigível Contingencial

O Economus tem ações judiciais e processos administrativos perante vários Tribunais e Órgãos Governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

12.1. Provisões – Prováveis

O Economus constitui provisões para demandas previdenciárias, administrativas e de investimentos com risco de perda provável. A composição do exigível contingencial das ações classificadas como prováveis está demonstrada como segue:

Descrição	Provisões			2020
	2019	Constituição/ (Reversão)	Atualização Monetária	
Gestão Previdencial	269.263	9.659	13.212	292.134
Regulamento Complementar nº 1	18.976	(6.882)	1.147	13.241
Regulamento Complementar nº 2	7.717	(2.805)	387	5.299
Regulamento Geral	239.682	19.383	11.501	270.566
PrevMais	2.888	(37)	177	3.028
Gestão Administrativa	18.324	828	244	19.396
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	18.324	828	244	19.396
Investimentos	6.784	(288)	183	6.679
Regulamento Geral	6.784	(288)	183	6.679
Total do exigível contingencial	294.371	10.199	13.639	318.209

12.1.1. Gestão Previdencial

A Entidade é ré em ações ajuizadas por participantes, aposentados, pensionistas, sindicatos e entidades associativas relacionadas à atividade laboral exercida no Patrocinador, mas que refletem nos benefícios previdenciários concedidos pelo Instituto, as quais, na sua maioria, os reclamantes discutem pretensos direitos relacionados a diversas verbas salariais e indenizatórias e à majoração dos benefícios dos Planos de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, inclusive com valores depositados judicialmente. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Regulamento Geral.

Nas ações judiciais de reflexos do Regulamento Geral, o Economus alega, em suas defesas, a impossibilidade de majoração do benefício sem o prévio custeio, requerendo o aporte necessário para fazer frente à diferença de benefício, apresentando cálculos que impõem ao Reclamante e ao Patrocinador o aporte dos valores necessários para custear o incremento do benefício pretendido, de forma que o plano não sofra impactos. Contudo, na grande maioria das ações a Justiça Trabalhista têm garantido aos reclamantes a majoração do benefício previdenciário sem o prévio aporte de recursos pelo participante e pelo patrocinador, inobservado as disposições constitucionais e legais que regem a matéria: artigo 202, § 3º da Constituição Federal e artigo 6º, § 1º da Lei Complementar nº 108/2001 bem como regulamentares, visto que há previsão de cobrança de parcela do Participante e parcela do Patrocinador no Regulamento do Plano Regulamento Geral, de natureza contratual, prevendo que as contribuições são paritárias, entre Patrocinador e Participante (artigos 12, 17 e 18).

O acréscimo do passivo trabalhista previdencial no exercício reflete a movimentação das reclamações trabalhistas que tiveram julgamento desfavorável ao Economus e a alteração das fases processuais, de instrução para recursal e de recursal para execução. Contabilmente, está provisionado, em 2020, o valor de R\$ 300.049 (R\$ 269.263, em 2019).

12.1.2. Gestão Administrativa

12.1.2.1. Ações trabalhistas: ações ajuizadas por ex-funcionários do Economus e empregados de empresas terceirizadas que prestam serviço ao Instituto. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, alguns, inclusive, com valores depositados judicialmente. A Administração avalia que a provisão estimada constituída é suficiente para a cobertura das eventuais perdas, consubstanciada na opinião dos seus advogados, estando de acordo com a metodologia e os critérios estabelecidos em relação às decisões desfavoráveis ao Economus. Contabilmente, está provisionado, em 2020, o valor de R\$ 1.002 (R\$ 592, em 2019).

12.1.2.2. Ações cíveis: ações envolvendo discussões sobre plano de saúde e seguro de vida em andamento na Justiça Comum, com provisionamento, em 2020, o valor de R\$ 29 (R\$ 44, em 2019).

12.1.2.3. Ações tributárias: ações judiciais questionando a exigibilidade de tributos e processos administrativos decorrentes de autuações fiscais, tais como:

- **ISS:** autuação da Prefeitura de São Paulo referente à cessão de mão de obra de 1991 a 1996. Em 2007 o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 11 de janeiro de 2006, que está em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo e de levantamento dos depósitos realizados no processo. Contabilmente está provisionado em 2020 o valor de R\$ 3.034 (R\$ 2.825, em 2019).
- **Contribuição Social ao PIS e Cofins:** em 2006 o Economus impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar com o objetivo de não submeter a Entidade ao recolhimento destas contribuições sociais nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718/1998. O processo encontra-se suspenso em razão da declaração de repercussão geral em outra ação com Recurso Extraordinário pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal, cuja matéria é similar àquela tratada no processo do Economus e, portanto, poderá ter reflexos na decisão do Mandado de Segurança impetrado pela a Entidade. Até o momento não há decisão final do Poder Judiciário sobre a exigibilidade ou não do PIS e da Cofins, razão pela qual o Economus continua cumprindo a legislação vigente e a decisão do TRF – Tribunal Regional Federal, depositando os valores em juízo. Contabilmente, estão provisionados em 2020, R\$ 15.331 (R\$ 14.863, em 2019).

12.1.3. Investimentos

12.1.3.1. Imóveis: são compostos por ações em andamento na Justiça Comum (processos envolvendo discussões relativas aos imóveis), com provisionamento, em 2020, de R\$ 30 (R\$ 318, em 2019).

12.1.3.2. Programa de Parcelamento Incentivado - IPTU: autuação da Prefeitura de São Paulo - IPTU - o Economus provisionou e depositou judicialmente valores devidos a título de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), dos bens constantes do Imobilizado do Plano de Benefícios do Regulamento Geral. Contabilmente, está provisionado, em 2020, o valor de R\$ 6.649 (R\$ 6.466, em 2019).

Em 2007 o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129/2006, o qual está em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo e de levantamento dos depósitos. O PPI foi um programa cuja finalidade era oferecer oportunidade para que as pessoas físicas ou jurídicas possam quitar seus débitos tributários e não tributários e, assim, regularizar a situação perante o Município

de São Paulo, com redução de até 75% da multa e 100% dos juros de mora.

12.2. Passivos Contingentes – Possíveis

O Economus possui ações previdenciárias, administrativas e de investimentos que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificados como possíveis, estando assim representadas:

Natureza	Descrição do objeto	Perda Possível	
		2020	2019
Gestão Previdencial		54.921	52.094
Regulamento Geral	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	54.920	52.094
PrevMais	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	1	0
Gestão Administrativa		15.410	15.221
Plano de Gestão Administrativa	Verbas trabalhistas/reintegração ao emprego	10	59
	Indenização de seguro de vida e acidente	154	77
	Pedido de compensação de tributos	15.246	15.085
Investimentos		54	46
Regulamento Geral	Imóveis	54	46
Valor total das ações com risco de perda possível		70.385	67.361

12.3. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais do Economus estão relacionados às provisões e passivos contingentes, visto que são garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que seja proferida decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvida.

Descrição	Depósitos Judiciais	
	2020	2019
Gestão Previdencial	228.884	202.228
Regulamento Complementar nº 1	13.241	18.977
Regulamento Complementar nº 2	5.299	7.722
Regulamento Geral	207.316	172.641
PrevMais	3.028	2.888
Gestão Administrativa	16.312	15.294
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	16.312	15.294
Investimentos	6.670	6.497
Regulamento Geral	6.670	6.497
Total de Depósitos Judiciais	251.866	224.019

12.4. Ativo Contingente

O Economus é credor de valor a receber perante o Fundo Nacional de Desenvolvimento, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em razão de ação judicial ajuizada pela ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar), entidade da qual é associada, na condição de substituta processual de suas associadas que possuíam títulos de OFND's – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico adquiridos em função do Decreto-Lei n.º 2.228/86 (alterado pelo DC 2383/87), onde pretendeu que as referidas OFND's fossem atualizadas pelo IPC, ao invés do BTN, desde abril de 1990 até fevereiro de 1991, com o imediato pagamento às filiadas da Autora dos valores resultantes de novo cálculo, devidamente corrigidos e acrescidos dos juros cabíveis.

Após longa discussão judicial a Abraap obteve decisão favorável às suas associadas, na qual foi determinado que as OFND's adquiridas pelas EFPC deverão ser corrigidas pelo IPC de abril de 1990 a fevereiro de 1991, devendo os valores resgatados serem monetariamente corrigidos e acrescidos de juros.

Após o julgamento do mérito da ação favorável às EFPC, em novembro de 2015 o juiz determinou, para fins de facilitar a execução do julgado, que fossem criadas ações com pequenos grupos de Entidades, sendo que o Economus está no Grupo G-1, processo nº. 0145854.31.2015.4.02.5101, juntamente com mais 9 entidades (Previ, Fusesc, PreviBep, entre outras).

Atualmente, a execução ainda está em fase de instrução (fase de apresentação de cálculos para fins de identificação dos valores a receber), por isso, em atenção ao disposto na Resolução nº 1.180/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por não existirem evidências quanto ao recebimento, bem como datas e valores, o Instituto não contabilizou os valores estimados a receber, uma vez que são classificados apenas como "provável", e não como "praticamente certa", a entrada de benefícios econômicos futuros.

13. Provisões Matemáticas

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está resumida como segue:

Descrição	31/Dezembro/2019	Constituição no exercício	31/Dezembro/2020
Benefícios Concedidos	6.957.395	615.841	7.573.236
Contribuição Definida	242.165	(20.931)	221.234
Benefício Definido	6.715.230	636.772	7.352.002
Benefícios a Conceder	2.172.182	199.590	2.371.772
Contribuição Definida	1.334.299	152.103	1.486.402
Benefício Definido	837.883	47.487	885.370
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(2.256.492)	10.103	(2.250.743)
(-) Patrocinador (es)	(1.118.975)	1.395	(1.117.580)
(-) Patrocinador (es) 2005	(197.538)	564	(196.974)
(-) Patrocinador (es) 2015	(134.341)	5.460	(128.881)
(-) Patrocinador (es) 2017	(787.096)	(4.629)	(791.725)
(-) Participantes	(125.599)	5.260	(120.339)
(-) Participantes 2005	(18.151)	356	(17.795)
(-) Participantes 2015	(35.128)	4.109	(31.019)
(-) Participantes 2017	(72.320)	795	(71.525)
(-) Assistidos	(1.011.918)	(906)	(1.012.824)
(-) Assistidos 2005	(179.388)	208	(179.180)
(-) Assistidos 2015	(117.755)	4.311	(113.444)
(-) Assistidos 2017	(714.775)	(5.425)	(720.200)
Total das Provisões Matemáticas	6.873.085	825.534	7.694.265

13.1. Premissas e Hipóteses Atuariais

Os estudos do teste de aderência relativos a 2020 foram realizados pela consultoria Mirador, responsável técnico-atuarial pelos planos previdenciários.

A seguir, os quadros das Premissas e Hipóteses Atuariais adotadas para os planos de benefícios administrados pelo Economus, em 2020 e 2019:

a) Regulamento Complementar nº 1

Premissas e Hipóteses	2020	2019
Taxa Real Anual de Juros	3,76%	4,50%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9845	0,9845
Tábua de Mortalidade	AT 83 IAM Feminina	AT 83 IAM Feminina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-2006 Feminina	RP-2000 Disabled Female
Tábua de Morbidez	Não Aplicável	Não Aplicável

b) Regulamento Complementar nº 2

Premissas e Hipóteses	2020	2019
Taxa Real Anual de Juros	4,00%	4,50%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,9845	0,9845
Tábua de Mortalidade	AT 83 IAM Feminina	AT 83 IAM Feminina

c) Regulamento Geral

Premissas e Hipóteses	2020	2019
Taxa Real Anual de Juros	5,00%	5,50%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9846	0,9846
Tábua de Mortalidade	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT 2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-2006 Feminina	MI-85 Female
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de Rotatividade	Exp. Regulamento Geral 2010-2019	GAMA/ROT. EX- ECONOMUS 2007-2016
Tábua de Morbidez	Exp. Geral 2011-2019	EXP-ECONOMUS 2012 - 2018
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real
Crescimento Real de Salários	0,00%	0,00%

d) Plano PrevMais

Premissas e Hipóteses	2020	2019
Taxa Real Anual de Juros	4,00%	4,25%
Indexador do Benefício	INPC e Cota Patrimonial	INPC e Cota Patrimonial
Fator de determinação Valor Real - Benefícios	0,9849	0,9849
Crescimento Real de Salário	1,16%	1,16%
Tábua de Mortalidade	AT-2000 Suav em 10% F	AT-2000 Suav em 10% F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-2006 Feminina	MI – 85 Female
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927 (-10%)	TASA 1927
Tábua de Rotatividade	Exp. Prevmais 2010-2019	GAMA/ROT Exp. Economus 2007-2016
Tábua de Morbidez	Exp. Prevmais 2011-2019	EX – ECONOMUS 2008-2017
Composição Familiar	Benef. concedidos – família real Benef. a conceder - família média: Partic com dep. Vitalício: 75% (Tit. M); 65% (Tit F) Dif média de idades: 3 anos (Tit. M); 2 anos (Tit F) Filho mais jovem: 9 anos (Tit. M); 10 anos (Tit F)	Benef. concedidos – família real Benef. a conceder - família média: Partic com dep. Vitalício: 71,46% (Tit. M); 60,27% (Tit F) Dif média de idades: 3 anos (Tit. M); 2 anos (Tit F)

13.2. Demonstrativo da Composição das Provisões Matemáticas por Planos

Descrição	Regulamento Complementar nº 1		Regulamento Complementar nº 2		Regulamento Geral		PrevMais		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Benefícios concedidos	14.288	13.111	1.879	1.751	6.998.767	6.408.882	558.302	533.651	7.573.236	6.957.395
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	221.234	242.165	221.234	242.165
Benefício Definido	14.288	13.111	1.879	1.751	6.998.767	6.408.882	337.068	291.486	7.352.002	6.715.230
Benefícios a conceder	70.220	60.405	49.045	46.444	695.064	648.444	1.557.443	1.416.889	2.371.772	2.172.182
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	1.486.402	1.334.299	1.486.402	1.334.299
Benefício Definido	70.220	60.405	49.045	46.444	695.064	648.444	71.041	82.590	885.370	837.883
(-) Provisões matemáticas a constituir	(12.594)	(14.117)	(11.404)	(13.860)	(2.226.745)	(2.228.515)	-	-	(2.250.743)	(2.256.492)
(-) Patrocinador (es)	(4.208)	(4.718)	-	-	(1.113.372)	(1.114.257)	-	-	(1.117.580)	(1.118.975)
(-) Patrocinador (es) 2005	-	-	-	-	(196.974)	(197.538)	-	-	(196.974)	(197.538)
(-) Patrocinador (es) 2015	(4.208)	(4.718)	-	-	(124.673)	(129.623)	-	-	(128.881)	(134.341)
(-) Patrocinador (es) 2018	-	-	-	-	(791.725)	(787.096)	-	-	(791.725)	(787.096)
(-) Participantes	(8.353)	(9.359)	(11.403)	(13.859)	(100.583)	(102.381)	-	-	(120.339)	(125.599)
(-) Participantes 2005	-	-	-	-	(17.795)	(18.151)	-	-	(17.795)	(18.151)
(-) Participantes 2015	(8.353)	(9.359)	(11.403)	(13.859)	(11.263)	(11.910)	-	-	(31.019)	(35.128)
(-) Participantes 2018	-	-	-	-	(71.525)	(72.320)	-	-	(71.525)	(72.320)
(-) Assistidos	(33)	(40)	(1)	(1)	(1.012.790)	(1.011.877)	-	-	(1.012.824)	(1.011.918)
(-) Assistidos 2005	-	-	-	-	(179.180)	(179.388)	-	-	(179.180)	(179.388)
(-) Assistidos 2015	(33)	(40)	(1)	(1)	(113.410)	(117.713)	-	-	(113.444)	(117.754)
(-) Assistidos 2018	-	-	-	-	(720.200)	(714.776)	-	-	(720.200)	(714.776)
Provisões matemáticas	71.914	59.399	39.520	34.335	5.467.086	4.828.811	2.115.745	1.950.540	7.694.265	6.873.085

As Provisões Matemáticas se comportaram:

Regulamento Complementar nº 1: em relação ao exercício de 2020, houve incremento no compromisso atuarial de 21,07% quando comparado com o exercício de 2019. Portanto, as provisões matemáticas apresentaram variação positiva em decorrência da alteração das premissas

Valores expressos em milhares de Reais

de Mortalidade de Inválidos (alteração da Tábua RP-2000 Disabled Feminina para a MI-2006 Feminina) e de Taxa de Juros (redução de 4,50% para 3,76%). Além disso, outros fatores que influenciaram na variação das provisões matemáticas foi o envelhecimento da população, tendo em vista que a maior parte do compromisso do plano é destinado ao pagamento de pecúlio por morte, bem como a amortização do deficit equacionado por meio das contribuições extraordinárias.

Regulamento Complementar nº 2: em relação ao exercício de 2020, houve incremento no compromisso atuarial de 15,10% quando comparado com o exercício de 2019. Portanto, as provisões matemáticas apresentaram variação positiva em decorrência da alteração da premissa de Taxa de Juros (redução de 4,50% para 4,00%). Além disso, outros fatores que influenciaram na variação das provisões matemáticas foi o envelhecimento da população, tendo em vista que a maior parte do compromisso do plano é destinado ao pagamento de pecúlio por morte, bem como a amortização do deficit equacionado por meio das contribuições extraordinárias.

Regulamento Geral: em relação ao exercício de 2020, houve incremento no compromisso atuarial de 13,22% quando comparado com o exercício de 2019. Os principais fatores que influenciaram a variação foram:

- Alteração da Tábua de Mortalidade de Inválidos (de MI-85 Feminina para MI-2006 Feminina): perda atuarial na ordem de R\$ 13 milhões;
- Redução da Taxa Real de Juros Anual (de 5,50% a.a. para 5,00% a.a.): perda atuarial na ordem de R\$ 369 milhões;
- Alteração da Tábua de Morbidez (de Exp. Economus 2012-2018 para Exp. Geral 2011-2019) e da Tábua de Rotatividade (de Gama Rot. Exp. Economus 2007-2016 para Exp. Economus 2010-2019): perda atuarial na ordem de R\$ 6 milhões.

Portanto, a partir dos eventos mencionados acima, bem como dos movimentos cadastrais ocorridos entre os exercícios de 2019 e 2020 e o reflexo das revisões de benefícios decorrentes das ações judiciais (impacto de aproximadamente R\$ 15 milhões), as provisões matemáticas apresentaram variação dentro do intervalo esperado.

Com a recente reforma da previdência, implementada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, muitos participantes que optaram pelo saldamento tiveram a data de elegibilidade à aposentadoria pela Previdência Social postergada.

Dado que a concessão da aposentadoria pelo INSS é um dos requisitos para o processo de concessão do benefício saldado, para aqueles afetados pela reforma da previdência a expectativa de concessão do benefício saldado passou a estar sob o risco de postergação.

O Conselho Deliberativo solicitou uma proposta de alteração de regulamento para garantir ao participante saldado o direito da concessão do benefício na data determinada quando da adesão ao saldamento.

A alteração do regulamento não trará impacto atuarial ao plano, uma vez que no momento do saldamento os benefícios saldados foram apurados considerando as regras da Previdência Oficial vigentes à época, fixando a data prevista de elegibilidade de cada participante. Portanto, as provisões matemáticas do plano estão constituídas de acordo com essas condições.

Até a presente data, este processo de alteração regulamentar encontra-se sob análise do Patrocinador do Plano do Regulamento Geral.

Plano PrevMais: em relação ao exercício de 2020, houve incremento no compromisso atuarial de

Valores expressos em milhares de Reais

8,47% quando comparado com o exercício de 2019, explicado basicamente pela quantidade majoritária de participantes ativos, em fase de acumulação de recursos, bem como pelas alterações das premissas atuariais como a Taxa de Juros (redução de 4,25% para 4,00% ao ano), Mortalidade de Inválidos (alteração da Tábua MI-85 Feminina para MI-2006 Feminina), Entrada em Invalidez (alteração da Tábua TASA 1927 para TASA 1927 desagravada em 10%), Entrada em Auxílio Doença (alteração da Exp. Economus 2008-2017 para Exp. PrevMais 2011-2019), Rotatividade (alteração da Gama/Rot Exp. Economus 2007-2016 para Ex. PrevMais 2010-2019), Composição Familiar (sendo alterado o percentual de casados para 75% (titular masculino) e 65% (titular feminino) e idade do filho mais jovem para 9 anos (titular masculino) e 10 anos (titular feminino)), o que resulta em uma perda atuarial na ordem de R\$ 2,5 milhões para o plano.

13.2.1. Provisões Matemáticas a Constituir

As provisões matemáticas a constituir totalizaram R\$ 2.250.743 (R\$ 2.256.492, em 2019), referentes ao valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes e assistidos.

a) Regulamento Complementar nº 1

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se às contribuições para cobertura do deficit equacionado em 2015, por patrocinador, participantes e assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Deficit Equacionado de 2015

Plano de Benefício Definido (Regulamento Complementar nº 1)		
Deficit Equacionado 2015		
	2020	2019
Valor contratado	20.136	20.136
Saldo devedor atual	12.594	14.117
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	147 meses	147 meses
Prazo de amortização restante ⁽¹⁾	59 meses	71 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,5%	INPC + 4,5%

(1) O prazo financeiro original é 147 meses, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Economus, contudo, devido à utilização do Fundo Previdencial para abater o saldo devedor da dívida, o prazo passou para 124 meses. A metodologia de financiamento é Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamentos recalculados anualmente.

b) Regulamento Complementar nº 2

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se às contribuições para cobertura do deficit equacionado em 2015, por participantes e assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Deficit Equacionado de 2015

Plano de Benefício Definido (Regulamento Complementar nº 2)		
Deficit Equacionado 2015		
	2020	2019
Valor contratado	22.864	22.864
Saldo devedor atual	11.404	13.860
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	87 meses	87 meses
Prazo de amortização restante ⁽¹⁾	36 meses	48 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 4,5%	INPC + 4,5%

(1) O prazo financeiro original é 87 meses, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Economus, contudo, devido à utilização do Fundo Previdencial para abater o saldo devedor da dívida, o prazo passou para 78 meses. A metodologia de financiamento é Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamentos recalculados anualmente.

c) Regulamento Geral

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se à atualização da provisão e entrada de contribuições para cobertura do deficit equacionado em 2005, 2015 e 2017, por patrocinador, participantes e assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Deficit Equacionado de 2005

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)		
Deficit Equacionado 2005		
	2020	2019
Valor contratado	247.989	247.989
Saldo devedor atual	393.949	395.077
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	311 meses	311 meses
Prazo de amortização restante ⁽²⁾	144 meses	156 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 5,50%	INPC + 5,85%

(1) Na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2010, foi alterado o método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao Deficit Equacionado de 2005, que passou para o Método Price. O prazo médio referencial estimado para amortização extraordinária do deficit técnico foi fixado em 311 meses, contados a partir de abril de 2011.

(2) Manutenção das alíquotas atualmente praticadas, tendo sido reavaliado o prazo remanescente máximo segundo o observado quando da realização do equacionamento em vigor.

Deficit Equacionado de 2015

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)		
Deficit Equacionado 2015		
	2020	2019
Valor contratado	285.605	285.605
Saldo devedor atual	249.346	259.246
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	198 meses	198 meses
Prazo de amortização restante ⁽²⁾	151 meses	163 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 5,50%	INPC + 5,85%

(1) O método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao deficit equacionado de 2015, é o Método Price.

(2) Manutenção das alíquotas atualmente praticadas, tendo sido reavaliado o prazo remanescente máximo segundo o observado quando da realização do equacionamento em vigor.

Deficit Equacionado de 2017

Plano de Benefício Definido (Regulamento Geral)		
Deficit Equacionado 2017		
	2020	2019
Valor contratado	1.533.970	1.533.970,00
Saldo devedor atual	1.583.450	1.574.192
Prazo de amortização pactuado	206 meses	206 meses
Prazo de amortização restante ⁽¹⁾	185 meses	197 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 5,50%	INPC + 5,85%

(1) O método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao deficit equacionado de 2017, é o Método Price.

14. Superavit / Deficit Técnico

A composição do superávit / deficit técnico por plano de benefícios, findo em 31 de dezembro de 2020, é resumida como segue:

Superavit/(Deficit) Técnico	Regulamento Complementar 1	Regulamento Complementar 2	Regulamento Geral	PrevMais	Consolidado
Resultado realizado em 01/01/2020	(3.172)	1.236	49.162	98.779	146.005
Resultado Líquido Previdencial	1.074	1.944	(294.281)	62.036	(229.227)
Resultado Líquido Investimentos	5.814	3.815	874.094	112.624	996.347
Atualização da Provisão Matemática	(12.515)	(5.185)	(638.275)	(165.205)	(821.180)
Fundos Previdenciais	-	-	-	(1.789)	(1.789)
Resultado Realizado em 31/12/2020	(8.799)	1.810	(9.300)	106.445	90.156
Resultados a Realizar	-	-	(312.468)	-	(312.468)
Equilíbrio Técnico em 31/12/2020	(8.799)	1.810	(321.768)	106.445	(222.312)

a) Regulamento Complementar nº 1

O equilíbrio técnico acumulado do plano passou de um deficit de R\$ 3.172, em 2019, para R\$ 8.799, em 2020.

A rentabilidade nominal líquida do plano, na aplicação do Patrimônio de Cobertura, ao longo de 2020, foi de 10,37% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,20% (INPC acumulado em 2020, de 5,4473%, acrescido da taxa real de juros de 4,50%), o que, em termos reais, representou obter 4,67% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,50% ao ano estabelecida para 2020, tomando como indexador base, o INPC do IBGE, resultando em um ganho atuarial do Plano de 0,17%.

A natureza do resultado mantido pelo plano é conjuntural e estrutural, sendo importante destacar que mais de 80% do passivo atuarial do Plano refere-se ao benefício de Pecúlio por Morte, cujo envelhecimento da população impacta diretamente na evolução deste compromisso e as alterações das hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, quais sejam: Tábua de Mortalidade de Inválidos (alterada de RP-2000 Disabled Feminina para MI-2006 Feminina); Taxa de Juros (alterada de 4,50% para 3,76% a.a.).

b) Regulamento Complementar nº 2

O equilíbrio técnico acumulado do plano passou de um superavit de R\$ 1.236, em 2019, para R\$ 1.810 em 2020.

A rentabilidade nominal líquida do plano, na aplicação do Patrimônio de Cobertura, ao longo de 2020, foi de 10,39% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 10,20% (INPC acumulado em 2020, de 5,4473%, acrescido da taxa real de juros de 4,50%), o que, em termos reais, representou obter 4,69% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,50% ao ano estabelecida para 2020, tomando como indexador base, o INPC do IBGE, resultando em um ganho atuarial do Plano de 0,19%.

A natureza do resultado mantido pelo plano é conjuntural e estrutural, sendo importante destacar que mais de 90% do passivo atuarial do Plano refere-se a um benefício de Pecúlio por Morte, cujo envelhecimento da população impacta diretamente na evolução deste compromisso.

c) Regulamento Geral

O equilíbrio técnico acumulado do plano passou de um superavit de R\$ 49.162, em 2019, para um deficit de R\$ 321.768, em 2020.

No tocante aos ativos do plano, a rentabilidade nominal líquida, ao longo de 2020, foi de 19,93%

Valores expressos em milhares de Reais

contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,25% (INPC acumulado em 2020, de 5,45%, acrescido da taxa real de juros de 5,50%), o que, em termos reais, representou obter 13,73% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,50% ao ano estabelecida para 2020, resultando em um ganho atuarial do Plano de 7,80% no exercício de 2020.

O resultado superavitário do plano apresenta características conjunturais e estruturais, apresentando como principais causas as alterações de hipóteses atuariais (principalmente a redução da Taxa Real Anual de Juros) ocorridas no encerramento deste exercício bem como o ganho financeiro obtido pela carteira de investimentos do plano.

d) Plano PrevMais

Aumentou sua situação superavitária acumulada de R\$ 98.779, em 2019, para R\$ 106.445, em 2020.

A rentabilidade nominal líquida auferida pelo plano apenas nos ativos de cobertura dos Benefícios de Risco (parcela BD do plano), ao longo de 2020, foi de 9,84% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 9,93% (INPC acumulado em 2020, de 5,4473%, acrescido da taxa real de juros de 4,25%), o que, em termos reais, representou obter 4,17% contra uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 4,25% ao ano estabelecida para 2020, resultando em uma perda atuarial do Plano de 0,08%.

A natureza do resultado obtido pelo plano é de causas conjunturais. Pode-se destacar as variações cadastrais ocorridas entre os exercícios bem como a ocorrência de eventos inferiores ao previsto da parcela relativa aos Benefícios de Risco no exercício.

No encerramento do exercício de 2020, o Plano PrevMais apresenta um resultado técnico superavitário de R\$ 106.445, que representa 26,08% das suas respectivas Provisões Matemáticas (parcela em benefício definido). Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, até o limite de 23,66% das Provisões Matemáticas, montante equivalente a R\$ 96.559, o superavit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência. O superavit remanescente, equivalente a R\$ 9.886 deve ser contabilizado como Reserva Especial.

14.1. Ajuste de Precificação

Conforme Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, foi criado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria Mantidos até o Vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos (valor de Mercado).

A Previc disponibilizou o novo sistema (Venturo) para preenchimento e envio de informações para apuração da Duração do Passivo e do Ajuste de Precificação (DPAP), referentes aos resultados do exercício de 2020, conforme Portaria nº 86/2019.

O ajuste de precificação está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços, que atendam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;
- tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;

Valores expressos em milhares de Reais

- o valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;
- o valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;
- a duração do fluxo dos títulos públicos federais objeto do ajuste for inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e
- esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado no Demonstrativo do Ativo Líquido (DAL) por plano de benefício, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

a) Regulamento Complementar nº 1

O ajuste de precificação foi R\$ 4.702 (R\$ 2.365, em 2019), conforme quadro abaixo:

Sistema Venturo (Previc)				
Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste 2020	Ajuste 2019	
33.512	38.214	4.702	2.365	

Considerando o ajuste de precificação dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento do plano foi de R\$ 4.702, o resultado técnico ajustado do plano encontra-se deficitário em R\$ 4.097, equivalente à 5,70% das Provisões Matemáticas totais do plano, demonstrado abaixo:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2020	2019
a) Equilíbrio Técnico	(8.799)	(3.172)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	4.702	2.365
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(4.097)	(807)

Segundo a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, considerando a Duração do Passivo do exercício avaliado de 14,09 anos (em 2019, 14,03 anos), o limite $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática Líquidas}$ para o equacionamento do deficit para Avaliação Atuarial de 2020 é de R\$ 7.256 (10,09% das Provisões Matemáticas). Sendo o Equilíbrio Técnico Ajustado inferior ao limite legal em R\$ 3.159, não há necessidade de equacionamento obrigatório até o encerramento do exercício de 2021.

b) Regulamento Complementar nº 2

O ajuste de precificação foi R\$ 1.504 (R\$ 940, em 2019), conforme quadro abaixo:

Sistema Venturo (Previc)				
Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste 2020	Ajuste 2019	
16.555	18.059	1.504	940	

A Duração do Passivo do Plano resultou em 8,14 anos, sendo apurada por meio do Sistema Venturo, com base na metodologia descrita no Capítulo I, art. 3º da Instrução Previc nº 33/2020

Considerando o ajuste de precificação dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento do plano foi de R\$ 1.504. De acordo com a legislação vigente, se superavitário, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2020	2019
a) Equilíbrio Técnico	1.810	1.236
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	1.810	1.236

c) Regulamento Geral

O ajuste de precificação foi R\$ 479.538 (R\$ 100.360, em 2019), conforme quadro abaixo:

Sistema Venturo (Previc)			
Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste 2020	Ajuste 2019
3.900.209	4.379.747	479.538	100.360

O aumento do ajuste de precificação em 2020, se deve a baixa da contabilização dos Resultados a Realizar. (Nota Explicativa 14.2)

Considerando o ajuste de precificação dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento do plano foi de R\$ 479.538, que gerou um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 157.770.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2020	2019
a) Equilíbrio Técnico	(321.768)	49.162
b) (+/-) Ajuste de Precificação	479.538	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	157.770	49.162

Segundo a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, considerando a Duração do Passivo do exercício avaliado de 12,03 anos (em 2019, 11,95 anos), o limite de Déficit Técnico Acumulado (é igual a 1% x (duration - 4)) é de R\$ 439.007 (8,03% das Provisões Matemáticas). Sendo o Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário, não há necessidade de equacionamento obrigatório até o encerramento do exercício de 2021.

d) Plano PrevMais

O ajuste de precificação foi R\$ 54.854 (R\$ 43.696, em 2019), conforme quadro abaixo:

Sistema Venturo (Previc)			
Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste 2020	Ajuste 2019
211.999	266.853	54.854	43.696

A Duração do Passivo do Plano resultou em 13,66 anos, sendo apurada por meio do Sistema Venturo, com base na metodologia descrita no Capítulo I, art. 3º da Instrução Previc nº 33/2020.

Considerando o ajuste de precificação dos títulos públicos federais mantidos até o vencimento do plano foi de R\$ 54.854. De acordo com a legislação vigente, se superavitário, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2020	2019
a) Equilíbrio Técnico	106.445	98.779
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	106.445	98.779

14.2. Títulos dos Resultados a Realizar

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), à época, Secretaria de Previdência Complementar (SPC), autorizou, em 09 de junho de 2006, por meio do Ofício nº 2206/SPC/GAB, o registro contábil denominado Resultados a Realizar, condicionando tal registro à manutenção dos títulos que o compunham até seu respectivo vencimento, bem como ao saldamento do Plano de Benefícios Regulamento Geral e à implantação do Plano de Contribuição Variável (Plano PrevMais).

Durante os exercícios de 2002 e 2003, o Economus adquiriu títulos públicos, Notas do Tesouro Nacional (NTN-C), cuja taxa média de aquisição foi de 10,2% ao ano, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, alocados ao Plano de Benefícios do Regulamento Geral e

compostos da seguinte forma:

Descrição	Quantidade	Vencimento	Resultados a realizar	
			2020	2019
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	53.050	01/04/2021	-	7.435
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	88.800	01/04/2021	-	12.652
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	124.850	01/04/2021	-	18.012
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	6.631	01/04/2021	-	956
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	91.670	01/04/2021	-	13.170
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	53.093	01/04/2021	-	7.773
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	10.000	01/04/2021	-	1.460
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	15.000	01/04/2021	-	2.217
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	1.500	01/04/2021	-	215
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	126.000	01/01/2031	-	248.578
Resultados a Realizar			-	312.468

Em 2020, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou baixar a contabilização dos Resultados a Realizar, com objetivo de uniformizar o critério de apuração de resultados com o ajuste de precificação, regido pela Instrução Previc nº 33 de 2020, e aplicado a todas as Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Dessa forma, agregou-se maior transparência, modernidade e eficiência ao processo de apuração de resultados contábeis do Instituto, em benefício de seus participantes.

15. Fundos

A composição e evolução dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

Descrição	2019	Constituições	Reversões	2020
Fundos Previdenciais	17.332	1.789	-	19.121
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	17.332	1.789	-	19.121
PrevMais	17.332	1.789	-	19.121
Fundos Administrativos	80.487	9.598	-	90.085
Plano de Gestão Administrativa	80.487	9.598	-	90.085
Fundos dos Investimentos	8.141	1.118	-	9.259
Fundo de Contingências de Empréstimos	8.141	1.118	-	9.259
Total dos Fundos	105.960	12.505	-	118.465

15.1. Fundos Previdenciais

Os valores dos Fundos Previdenciais são compostos pelo Fundo de Reversão do Plano PrevMais, constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes por ocasião da perda do vínculo empregatício e destinadas à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou à outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta no regulamento do Plano.

15.2. Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas relativas à manutenção da estrutura administrativa do Economus. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na equação entre receitas, despesas e rendimentos auferidos nos investimentos da Gestão Administrativa.

Participação no Fundo Administrativo	2020	2019
Fundo administrativo do Regulamento Complementar nº 1	3.738	2.620
Fundo administrativo do Regulamento Complementar nº 2	5.337	3.860
Fundo administrativo do Regulamento Geral	52.810	49.256
Fundo administrativo PrevMais	28.200	24.751
Total do Fundo Administrativo	90.085	80.487

15.3. Fundos dos Investimentos

Os Fundos dos Investimentos são constituídos de percentuais cobrados mensalmente nas prestações de Empréstimos, estabelecidos de acordo com os regulamentos vigentes.

Descrição	2020	2019
Fundo dos investimentos do Regulamento Complementar nº 1	89	58
Fundo dos investimentos do Regulamento Complementar nº 2	50	33
Fundo dos investimentos do Regulamento Geral	6.631	6.182
Fundo dos investimentos PrevMais	2.489	1.868
Total dos Fundo de investimentos	9.259	8.141

O Fundo dos Investimentos destina-se à garantia de cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes ativos e assistidos.

16. Resultado Administrativo

Os registros das operações administrativas do Economus são efetuados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas sobras de custeio administrativo adicionado do rendimento auferido na carteira de investimentos e tem por objetivo a cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pelo Economus na administração dos planos de benefícios, na forma dos respectivos regulamentos.

16.1. Receitas Administrativas

A composição das receitas administrativas é a seguinte:

Descrição	2020	2019
Gestão Previdencial	22.090	16.850
Contribuições do Patrocinador (es) ^(a)	10.600	8.088
Contribuições dos Participantes ^(a)	11.455	8.736
Contribuições dos Autopatrocinados	35	26
Gestão Assistencial	22.448	23.972
Reembolso do Plano Assistencial	22.448	23.972
Investimentos	11.607	8.896
Custeio Administrativo ^(a)	10.037	7.371
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1.570	1.525
Outros	417	449
Reembolso de Custas Judiciais	417	449
Total das Receitas Administrativas	56.562	50.167

a) Em abril de 2019, foi retomada a cobrança das taxas para cobertura das despesas administrativas.

16.2. Despesas Administrativas

As despesas administrativas correspondem aos gastos realizados pelo Economus para administração dos planos de benefícios, planos assistenciais e das carteiras de investimentos, conforme segue:

Descrição	2020	2019
Administração Previdencial, Assistenciais e dos Investimentos	47.580	49.057
Pessoal e Encargos	32.732	33.005
Treinamentos, Congressos e Seminários	225	270
Viagens e Estádias	35	180
Serviços de Terceiros	10.623	11.408
Despesas Gerais	2.849	3.155
Depreciação e Amortização	629	672
Tributos	487	367
Total das Despesas Administrativas	47.580	49.057

Valores expressos em milhares de Reais

As despesas administrativas das áreas vinculadas diretamente às gestões previdencial, de investimentos e assistencial são registradas nos respectivos grupamentos contábeis no ato da ocorrência do fato contábil.

As despesas originadas nas demais áreas (Administração, Atendimento, Comunicação, Contabilidade, Controladoria, Gestão de Pessoas, Tecnologia etc.) são registradas nas contas contábeis da gestão previdencial e segregadas para as gestões de investimentos e assistencial, ao final de cada mês, por meio de critérios preestabelecidos.

O critério de rateio das despesas administrativas foi atualizado a partir de abril de 2020, atende a legislação vigente e às boas práticas de governança. Leva em conta a diversidade de tarefas na administração dos planos previdenciais e assistenciais, uma vez que pondera número de participantes nos planos, situação de cada um deles, os respectivos processos de trabalho, quantidade de guias de atendimento assistenciais com os respectivos pesos operacionais (complexidade), além do tamanho e composição do patrimônio investido.

Os critérios para a segregação contábil das despesas administrativas do Economus tiveram a seguinte distribuição entre as gestões previdencial, de investimento e assistencial:

Distribuição das Despesas Administrativas												
Gestão	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Previdência	36,52%	35,74%	34,39%	34,79%	34,95%	33,57%	34,34%	34,26%	33,79%	32,74%	38,55%	32,64%
Investimento	19,61%	18,36%	19,12%	17,42%	18,48%	19,98%	17,70%	18,27%	19,07%	17,63%	15,95%	17,70%
Assistência	43,87%	45,90%	46,49%	47,79%	46,57%	46,45%	47,96%	47,47%	47,14%	49,63%	45,50%	49,66%
Total	100%											

Em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos federais competentes e fiscalizadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA, atribuídas à administração assistencial, são reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde, conforme segue:

Descrição	2020	2019
Administração Previdencial e dos Investimentos	25.132	25.085
Pessoal e Encargos	16.704	16.068
Treinamentos, Congressos e Seminários	118	145
Viagens e Estadias	23	108
Serviços de Terceiros	5.862	6.027
Despesas Gerais	1.309	1.697
Depreciação e Amortização	629	672
Tributos	487	367
Outras Despesas	-	1
Administração Assistencial (100% reembolsado pelo Assistencial)	22.448	23.972
Pessoal e Encargos	16.028	16.936
Treinamentos, Congressos e Seminários	107	125
Viagens e Estadias	12	72
Serviços de Terceiros	4.761	5.381
Despesas Gerais	1.540	1.458
Total das Despesas Administrativas	47.580	49.057

16.3. Constituição do Fundo Administrativo

O fundo administrativo resulta da diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescido das provisões e reversões contingenciais e do resultado dos investimentos, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2020	2019
(+) Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	22.090	16.850
(+) Custeio Administrativo dos Investimentos	11.607	8.896
(+) Reembolso da Gestão Assistencial	22.448	23.972
(+) Outras Receitas Administrativas	417	449
(-) Despesas da Administração Previdencial	(16.449)	(16.499)
(-) Despesas da Administração dos Investimentos	(8.683)	(8.586)
(-) Despesas da Administração Assistencial	(22.448)	(23.972)
(=) Sobras do Custeio Administrativo	8.982	1.110
(+/-) Contingências Administrativas	(1.455)	(682)
(+/-) Resultado dos Investimentos Administrativos	2.071	3.802
(=) Constituição do Fundo Administrativo	9.598	4.230

17. Resultado dos Investimentos

17.1. Resultado Bruto por Tipo de Emissor

O resultado bruto dos investimentos está representado pelas variações positivas, deduzidas das variações negativas, conforme abaixo:

Descrição	Regulamento Complementar n° 1		Regulamento Complementar n° 2		Regulamento Geral		PrevMais		PGA		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Por Tipo de Emissor	5.978	4.809	3.914	2.871	881.185	685.334	117.285	158.186	2.071	3.802	1.010.433	855.002
Notas do Tesouro Nacional	4.250	2.381	2.940	1.681	885.969	444.288	47.129	26.973	-	-	940.288	475.323
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	153	124	153	124
Créditos Privados e Depósitos	602	955	317	387	17.517	19.419	27.950	37.061	297	632	46.683	58.454
Ações	-	-	-	-	(55.185)	14.877	-	-	-	-	(55.185)	14.877
Fundos de Invest. (Renda Fixa)	190	753	146	412	5.064	8.032	23.283	53.940	1.685	3.355	30.368	66.492
Fundos de Invest. (Ações)	-	-	-	-	10.209	114.496	10.965	28.339	-	-	21.174	142.835
Fundos de Invest. (Multimercado)	-	-	-	-	1.004	-	233	-	-	-	1.237	-
Fundos de Invest. (Direito Creditório)	-	-	-	-	-	-	417	1.379	-	-	417	1.379
Fundos de Invest. (Participações)	-	-	-	-	512	44.802	24	476	-	-	536	45.278
Fundos de Invest. (Imobiliário)	-	-	-	-	(2.423)	5.078	-	-	-	-	(2.423)	5.078
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	8.914	26.088	-	-	-	-	8.914	26.088
Empréstimos e Financiamentos	942	726	516	397	10.002	8.491	7.468	10.143	-	-	18.928	19.757
Relacionados como Disponível	(6)	(6)	(5)	(6)	(613)	(446)	(184)	(125)	(54)	(62)	(862)	(645)
Outros Investimentos	-	-	-	-	215	209	-	-	(10)	(247)	205	(38)
Dos Planos	(164)	(135)	(99)	(79)	(7.091)	(6.232)	(4.661)	(3.599)	-	-	(12.015)	(10.045)
Contingências de Investimentos	-	-	-	-	710	(35)	-	-	-	-	710	(35)
Despesas Adm. de Investimentos	(133)	(108)	(82)	(64)	(7.352)	(5.641)	(4.040)	(3.082)	-	-	(11.607)	(8.895)
Fundos de Investimentos	(31)	(27)	(17)	(15)	(449)	(556)	(621)	(517)	-	-	(1.118)	(1.115)
Resultado Positivo dos Investimentos	5.814	4.674	3.815	2.792	874.094	679.102	112.624	154.587	2.071	3.802	998.418	844.957

17.2. Resultado do Fluxo dos Investimentos

O resultado positivo obtido na apuração do fluxo dos investimentos em 2020 está demonstrado a seguir:

Descrição	2020	2019
Resultado da Gestão Previdencial	996.347	841.155
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar n° 1	5.814	4.674
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar n° 2	3.815	2.792
Fluxo dos Investimentos do Regulamento Geral	874.094	679.102
Fundo dos Investimentos PrevMais	112.624	154.587
Resultado da Gestão Administrativa	2.071	3.802
Fluxo dos Investimentos do PGA	2.071	3.802

18. Aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 30 de março de 2021.

19. Outras Informações

19.1. Investimento em controlada – Desmobilização

A Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda., em liquidação extrajudicial, foi constituída em 23 de fevereiro de 1987, tendo como cotista majoritário o Economus - Instituto de Seguridade Social.

Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005.

Em 2020, o Sr. Marco Antonio Longo Guliach liquidante da empresa, decidiu se desligar do Economus, razão pela qual se fez necessária a substituição do liquidante da Economus Administradora e Corretora de Seguros S/C Ltda. Foi aprovado pelos sócios da Corretora de Seguros e pelo Conselho Deliberativo do Instituto a indicação do Sr. Tadeu Pigioni Horta Fernandes, empregado do Economus.

19.2. Impacto do Coronavírus (COVID-19) no Economus

No início de 2020, uma nova doença causada pelo Coronavírus (COVID-19) se espalhou pelo mundo. Em março de 2020, o Coronavírus, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como Pandemia. Neste contexto, diversos países, incluindo o Brasil, adotaram políticas de isolamento social para a contenção do novo Coronavírus.

Cenário econômico

Em relação à economia brasileira, destaca-se a continuidade da redução da Taxa SELIC à nova mínima histórica, 2,00% ao ano, ao longo de 2020. O movimento foi semelhante ao realizado em economias desenvolvidas, que já tinham patamares de juros baixos, e efetuaram substanciais pacotes de estímulo fiscal, o que, no Brasil, também ocorreu.

Nos primeiros 6 meses de 2020, o impacto do COVID-19 na economia foi desinflacionário. O isolamento social, necessário para conter a disseminação do coronavírus, causou uma súbita redução da atividade econômica, fazendo com que a demanda caísse acentuadamente e, conseqüentemente, a inflação. No segundo semestre o comportamento do índice foi ao contrário. A flexibilização do isolamento social e o retorno das atividades produtivas gerou uma normalização dos preços do setor de serviços (principalmente o turismo no final do ano). Além disso, a forte valorização do dólar juntamente com o aumento do preço das commodities incentivou o setor agroexportador brasileiro, fazendo com que faltasse alguns insumos na economia gerando uma pressão inflacionária no preço dos itens de Alimentação no Domicílio (destaque para carne bovina, soja, milho e arroz). Com isso, 2020 se encerrou com IPCA de 4,52%.

Outro indicador de inflação impulsionado pela alta do dólar e também das commodities, foi o IGPM, que subiu 23,14% no ano. Com isso, os investimentos do Economus em Títulos NTN-C, que representavam mais de 50% dos ativos do Plano Regulamento Geral, foram beneficiados e impulsionaram os resultados em 2020. Mesmo diante da crise econômico

Valores expressos em milhares de Reais

financeira, causada pela COVID-19, o Instituto também aproveitou a oportunidade para operações estratégicas que somaram mais de R\$ 500 milhões, dentre as quais citamos: (i) aquisição de títulos públicos federais NTN-B; (ii) incremento de alocação em Renda Variável; (iii) aquisição de títulos privados; e (iv) aplicação em fundo multimercado. Com isso, o desempenho superou os principais benchmarks do mercado e todos os Planos (Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, Regulamento Geral e o Plano PrevMais) superaram suas respectivas taxas mínimas atuariais. O resultado obtido reforça a resiliência do portfólio de investimentos do Instituto às adversidades verificadas ao longo do período, em função de sua diversificação e assertiva seleção de investimentos observando-se os Estudos de Gestão de Ativos e Passivos e Políticas de Investimentos.

20. Eventos Subsequentes

A Previc publicou em 20 de agosto de 2020 a Instrução Previc nº 31/2020, que alterou a forma a política de registros relacionados eventos ocorridos nos planos de benefícios e no plano de gestão administrativa a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações que possuem reflexos nas demonstrações financeiras da entidade estão apresentadas a seguir.

20.1. Transferência dos contratos de dívida com cláusula de reajuste atuarial para o Ativo Realizável da Gestão Previdencial

Contratos de dívida com patrocinadores, incluindo aqueles com cláusula de reajuste atuarial registrados como provisões matemáticas a constituir no patrimônio social, foram transferidos para o ativo realizável da gestão previdencial.

20.2. Prazos e percentuais para o registro das provisões para perdas incorridas

Foram alterados os prazos e percentuais para a constituição das perdas incorridas para os créditos de liquidação duvidosa vencidos e vincendos. Os prazos e percentuais utilizados a partir de janeiro de 2021 são os seguintes:

- I - provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- II - provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- III - provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- IV - provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- V - provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- VI - provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- VII - provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

20.3. Atualização dos depósitos judiciais

Os depósitos judiciais registrados no patrimônio dos planos foram atualizados até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 a atualização dos depósitos judiciais ocorrerá somente por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da entidade.

20.4. Registro das despesas administrativas

As despesas administrativas registradas no plano de gestão administrativas, que até 31 de dezembro de 2020 eram segregadas pela origem da administração (previdencial e de investimentos), e também em virtude das características aos planos administrados (comuns e específicas), passaram a ser registradas de forma consolidada, sendo suprimida a segregação nos balancetes contábeis entre as administrações previdencial e de

Valores expressos em milhares de Reais

investimentos, e também entre os planos. Em virtude da apuração da participação dos planos previdenciais no fundo administrativo, o Economus permanece controlando de forma gerencial as despesas previdenciais e de investimentos, as despesas comuns e específicas alocadas em cada plano.

20.5. Outras Alterações

A estrutura de plano contábil estabelecida pela Previc, com utilização a partir de 1º de janeiro de 2021, segregou alguns itens patrimoniais de mutações patrimoniais para demonstrar de forma clara e transparente as operações previdenciais e administrativas. A atualização do plano de contas contábil não altera os resultados dos planos administrados pelo Economus.

20.6. Informações Extracontábeis

Será obrigatório juntamente como envio do balancete mensal o envio de informações extracontábeis que estão previstas no anexo IV da instrução. Deverá ser enviado em layout que será fornecido pela Previc em formato xml. A composição deve conter informações relativas ao plano de benefícios com registro de déficit técnico a equacionar e equacionado deverão ser identificados e abertura da carteira de investimentos.

De acordo com as demonstrações e notas explicativas detalhadas acima referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Daniel André Stieler
Diretor Superintendente
CPF 391.145.110-53

Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira
Diretor Financeiro
CPF 379.765.161-91

César Augusto Jacinto Teixeira
Diretor Administrativo
CPF 218.688.948-00

Mauricio Aparecido Lopes
Diretor de Seguridade
CPF 078.627.298-89

Tadeu Pigioli Horta Fernandes
Contador
CRC 1 SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90

